



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE ARTES (DEART)
CURSO DE MÚSICA LICENCIATURA**



JOÃO BRITO BATISTA

**OPERACIONALIZAÇÃO DA MUSICOGRAFIA BRAILLE: um
estudo sobre as percepções dos docentes e dos discentes do
Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do
Maranhão - UFMA**

**SÃO LUÍS
2015**

JOÃO BRITO BATISTA

**OPERACIONALIZAÇÃO DA MUSICOGRAFIA BRAILLE: um
estudo sobre as percepções dos docentes e dos discentes do
Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do
Maranhão - UFMA**

Monografia apresentada ao
Curso de Licenciatura em
Música da Universidade
Federal do Maranhão, como
requisito para obtenção do
Grau de Licenciatura em
Música.

Orientadora: Prof^a Dra Thelma
Helena Costa Chahini

**São Luís
2015**

JOÃO BRITO BATISTA

**OPERACIONALIZAÇÃO DA MUSICOGRAFIA BRAILLE: um
estudo sobre as percepções dos docentes e dos discentes do
Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do
Maranhão - UFMA**

Monografia apresentada ao
Curso de Licenciatura em
Música da Universidade
Federal do Maranhão, como
requisito para obtenção do
Grau de Licenciatura em
Música
Orientadora: Prof^a Dra^a Thelma
Helena Costa Chahini

Aprovada em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Thelma Helena Costa Chahini (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Pós-Dra^a Maria Verónica Pascucci (1^a Examinadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Quézia Priscila de Barros Silva Amorim (2^a Examinadora)
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este estudo primeiramente a Deus por ter me permitido chegar até onde me encontro e certamente por me levar além de meus próprios sonhos e aos meus pais *in memoriam* pela vida e pelo amor que me dedicaram. Eu os vejo com os olhos da alma.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de vida, por guiar meu caminho durante esta jornada e pela inspiração no desenvolvimento do trabalho.

Aos meus avós paternos Manoel Batista Sobrinho (in memoriam) e Francisca Gomes Batista (in memoriam) pelos ensinamentos e cuidados, me preparando para seguir os caminhos da vida de maneira simples.

Aos meus pais Manoel Batista Filho (in memoriam) e Raimunda Brito Batista (in memoriam) pela vida e pelo carinho.

Ao meu irmão Francisco Brito Batista (in memoriam) pelo apoio e companheirismo enquanto esteve comigo.

A minha sobrinha Lara Joana (in memoriam) pelo carinho e por sempre acreditar em mim.

Aos meus tios, em especial a minha tia Rita Batista pela dedicação, cuidado e carinho que sempre teve para comigo.

A minha sobrinha Larissa Vitória pelo amor e os momentos de alegria que me proporciona a cada dia.

A Silvania Rabelo, companheira de todas as horas, pelo apoio e incentivo, estando sempre comigo nos momentos bons e difíceis.

A Prof.^a Dr.^a Silvia Duhailibe por todo o apoio dado durante o período acadêmico.

A Prof.^a Pós-Dr.^a Maria Verónica Pascucci pelo apoio e incentivo ao longo da carreira acadêmica e pela disponibilidade em participar deste trabalho como examinadora.

A Prof.^a Quézia Priscila de Barros Silva Amorim pelos ensinamentos no Curso de Música e também por sua disposição em participar deste trabalho como examinadora.

A todos os professores do Curso de Música que nos últimos anos contribuíram significativamente na minha formação profissional e também pessoal.

Em especial a Prof.^a Dr.^a Thelma Helena Costa Chahini pela orientação, disponibilidade, partilhando seus conhecimentos e experiência, além da oportunidade de aprendizado.

Aos funcionários do Núcleo de Acessibilidade, em especial, Sebastião Carnege, pela adaptação e transcrição das partituras em braille.

Aos docentes e discentes que foram entrevistados, por colaborar com a pesquisa e realização deste trabalho.

Aos amigos e colegas do Curso de Música que muito contribuíram durante a jornada acadêmica.

A Heraldine Alves de Melo pela transcrição das entrevistas dos docentes e discentes.

Aos amigos Jesiel Fernandes, Luís Carlos e Geysa Protázio, Micael Carvalho, Andressa Vieira, Erison Marcio e Jairon Sousa por estarem sempre comigo compartilhando todos os momentos e me dando força.

Enfim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a efetivação deste trabalho.

Obrigado!

“Uma verdadeira educação musical inclusiva só se torna realidade quando se pensa na plena inserção de todas as pessoas (com ou sem deficiência) a um ensino musical comum, capaz de contemplar as necessidades de quaisquer indivíduo”.

Fabiana Fator Gouvêa Bonilha

RESUMO

O sistema Braille possibilita às pessoas com deficiência visual identificarem pontos em relevo sobre o papel e esta técnica de leitura e escrita pode ser aprendida em um curto espaço de tempo e com certa facilidade. A Musicografia Braille permite que as pessoas cegas possam aprender a ler e escrever música de maneira acessível e funcional. A Músicografia Braille carece de professores e de divulgação no meio acadêmico. Este estudo teve por objetivo geral Investigar as percepções dos docentes e dos discentes do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, em relação à operacionalização da Musicografia Braille durante o processo ensino-aprendizagem no referido Curso. Foram 38 participantes. Sendo 08 docentes e 30 discentes. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas. Ressalta-se a importância de o Curso de Licenciatura em Música da UFMA inserir em seu Currículo a Musicografia Braille para que alunos com deficiência visual se sintam contemplados durante o processo-ensino aprendizagem, bem como para todos os alunos do Curso, futuros professores, certamente, de alunos com deficiência visual.

Palavras-chave: Deficiência visual. Musicografia Braille. Processo ensino-aprendizagem. Educação Superior.

ABSTRACT

The Braille System enables people with visual disabilities identify raised dots on the paper and this technique of reading and writing can be learned in a short space of time and with certain easy way. The Braille Music Notation enables the blind people learns how to read and write music on accessible and functional way. The Braille Music Notation lacks in teachers and dissemination in academy area. This study had as general objective to investigate the perceptions of teachers and students of the Course of Music Graduation of Federal University of Maranhao - UFMA, in relation to the operationalization of Braille Music Notation during the teaching-learning process in this Course, This research interviewed 38 persons, 08 Teachers and 30 Students. The data were collected through semi-structured interviews. This work emphasizes the importance of the Music Graduation Course at UFMA inserts in its Curriculum the Braille Music Notation for students with visual impairment feel covered during the process-learning and teaching, as well to all students of the Course, future teachers, that will certainly teach students with visual impairment.

Keywords: Visual Impairment. Braille Music Notation. Teaching-learning process. Higher Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DA MUSICOGRAFIA BRAILLE.....	14
2.1 Breve historicidade sobre os Direitos e Garantias do processo ensino-aprendizagem de alunos com deficiência visual na Educação Superior..	18
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
3.1 Participantes.....	23
3.2 O Local da Pesquisa.....	24
3.3 Instrumentos de Coleta de Dados.....	24
3.4 A Coleta de Dados.....	24
4 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas aplicado aos discentes do Curso de Licenciatura em Música da UFMA.....	60
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevistas aplicado aos docentes do Curso de Licenciatura em Música da UFMA.....	61
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	62

1 INTRODUÇÃO

O sucesso de um músico cego há de ser atribuído ao talento e esforço individuais, à competência dos mestres, à eficácia do método empregado — nunca à cegueira em si mesma. (GANZAROLI *apud* BONILHA & CARRASCO, 2007).

A Musicografia Braille é uma maneira de ensino da música que utiliza a notação Braille para permitir o ensino de música nessa notação direcionada aos deficientes visuais. Tendo como mote primordial a disseminação desse ensino e a inclusão de um maior número possível de pessoas com deficiência, propiciando acesso aos conhecimentos da música, à utilização das partituras, bem como à execução das mesmas.

Conforme nos esclarecem Tudissaki e Lima (2012), a Musicografia Braille é a grafia utilizada para que as pessoas com deficiência visual possam ler e escrever partituras. Ferramenta de suma importância à compreensão dos processos de ensino e aprendizagem musical, principalmente, nos tempos atuais em que tanto se trata da inclusão das pessoas com necessidades educacionais em espaços escolares.

Nesse sentido, é importante que os currículos dos cursos de graduação em Música, sejam repensados a fim de que possam contemplar as demandas atuais, também da pessoa com deficiência visual. Entendendo que são os cursos em nível superior que formam docentes para atuarem em distintos espaços e contextos de educação musical.

Sabe-se que a carência e/ou inexistência de materiais pedagógicos especializados para o ensino musical de alunos com deficiência visual dificulta o aprendizado da leitura musical por esses alunos. Diante do exposto, o interesse por este estudo ocorre devido ser aluno cego no Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, bem como possuir conhecimentos musicais assim como os em relação à Musicografia Braille. O que se faz importante investigar quais as percepções dos docentes e dos discentes do Curso de Licenciatura em Música da UFMA em relação à operacionalização do ensino da Musicografia Braille durante o processo ensino-aprendizagem no referido Curso.

O presente estudo realizou uma pesquisa sobre o ensino da Musicografia Braille no Curso de Licenciatura em Música da Universidade

Federal do Maranhão. Algumas indagações mostram-se pertinentes e suas respostas poderão ser úteis à continuidade do debate e à adoção de medidas na direção desse desafio de ensino. Assim perguntamo-nos: O Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão – UFMA oferece condições de ensino-aprendizagem aos discentes, futuros professores de música, para que estes aprendam para poderem ensinar os também futuros alunos, principalmente os alunos cegos? Os docentes do referido Curso possuem conhecimentos sobre o ensino da Musicografia Braille?

Num primeiro momento da abordagem é importante esclarecer o que significa o ensino da música, utilizando a notação em Braille, quais seus fundamentos e impactos no entorno social em que venha a se desenvolver. A partir disso a investigação realiza-se sobre essa modalidade de ensino na referida Instituição, buscando conhecer o público-alvo a que se destina visando mensurá-lo tanto quantitativa quanto qualitativamente, isto é, mapear os discentes e os docentes que podem se interessar e/ou se beneficiar pelo ensino da musicografia Braille.

Ressaltam-se os desafios que deverão ser superados em relação a operacionalização do referido ensino, como no caso, a escassez e/ou a falta de material didático em Braille, bem como ausência de infraestrutura, necessária ao processo ensino-aprendizagem tanto aos alunos cegos quantos aos futuros profissionais desses alunos. Dessa forma, o presente estudo parte da premissa de que o ensino da Musicografia Braille em qualquer instituição de ensino superior está calcada em três instâncias participativas: o aluno, o professor e a própria instituição de ensino. Portanto, considero que os resultados deste trabalho poderão contribuir significativamente para a área da Educação Musical e suas articulações com os processos de ensino e aprendizagem da Educação Inclusiva.

Tendo como base a realidade apresentada, e partindo da experiência pessoal com a Musicografia Braille na Universidade Federal do Maranhão, UFMA, acredita-se na necessidade de desenvolver este estudo, especificamente, no curso de licenciatura em Música. De tal modo que, é possível afirmar que a operacionalização do ensino da Musicografia Braille durante o processo ensino-aprendizagem no referido curso, ainda necessita se adequar às necessidades educacionais dos alunos cegos, especificamente, no

desenvolvimento de materiais pedagógicos especializados para o ensino musical dos alunos com deficiência visual. Assim sendo, e com o intuito de desvelar de modo mais aprofundado essa realidade formulou-se o seguinte problema de pesquisa: quais as percepções dos docentes e dos discentes do curso de licenciatura em Música da UFMA em relação à operacionalização do ensino da Musicografia Braille durante o processo ensino-aprendizagem no referido curso?

O objetivo geral compreendeu Investigar as percepções dos docentes e dos discentes do curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, em relação à operacionalização da Musicografia Braille durante o processo ensino-aprendizagem no referido curso. E os específicos foram: conhecer o currículo do curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Observar o processo ensino-aprendizagem do curso de licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Verificar as metodologias utilizadas pelos professores no curso de Música da UFMA; Identificar os desafios a serem superados à operacionalização da Musicografia Braille no referido curso; Ressaltar a importância da Musicografia Braille para o processo ensino-aprendizagem do curso de Música; Descrever possíveis sugestões dos participantes da pesquisa em relação à operacionalização da Musicografia Braille no curso selecionado.

Esta monografia esta dividida em quatro capítulos. O primeiro aborda a questão da Musicografia Braille e o processo ensino-aprendizagem desta ferramenta de ensino, contendo autores estudiosos desse assunto, como Bonilha e Tomé, dentre outros. No segundo capítulo apresenta-se o percurso metodológico. No terceiro discorre-se sobre os resultados encontrados, bem como as análises e discussões que se fizeram necessárias. No quarto capítulo apresentam as considerações finais.

Espera-se que este estudo proporcione esclarecimentos e reflexões que contribuam para sensibilizar as pessoas para a questão da inclusão eficaz de alunos cegos nos Cursos de Música, bem como visibilidade para a formação docente que precisam formar outros profissionais em tempos dos direitos humanos e diante do paradigma da Inclusão.

2 O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DA MUSICOGRAFIA BRAILLE

Apesar da inclusão do deficiente visual ser um tema amplamente tratado na atualidade, principalmente devido às leis vigentes em nosso país, os processos de ensino e aprendizagem musical dos deficientes visuais possuem pouco material para pesquisa científica no Brasil (TUDISSAKI, 2010, p. 8).

O ensino de música vem se propagando nas diversas regiões do Brasil, difundido em diversas comunidades, inclusive com um número significativo de cursos recém-criados. Com o passar do tempo, tal ensino veio a despertar o interesse de outras comunidades de alunos, entre eles os alunos deficientes visuais.

Por outro lado, a maior necessidade de um aprimoramento no ensino direcionado a esse grupo de alunos faz-se sentir em relação ao processo didático do estudante de música com deficiência visual. O estudo da musicografia Braille se apresenta nesse contexto. Bonilha (2007) pressupõe que o aprendizado da Musicografia Braille é imprescindível à formação de pessoas cegas e constitui um elemento indispensável à inclusão delas com relação ao ensino de música.

Goldstein *apud* Bonilha (2007, p.19), ressalta a relevância da alfabetização musical ao afirmar que em posse da partitura o aluno pode se apropriar de conceitos musicais e tem condições de formar suas próprias concepções interpretativas acerca da obra. Ainda segundo Bonilha (2007), nota-se a importância do ensino da musicografia Braille para o aprendizado de música. Sem essa formatação fica mais difícil ao estudante aprender de maneira eficaz o ensino musical. E mais importante ainda: o aluno pode perceber a peça musical em todas as suas dimensões, tornando-se habilitado a reconhecer o seu valor e a aplicação dessa obra sob seus critérios de interpretação.

Apesar dessa constatação o grupo de alunos cegos ou de outro tipo de deficiência visual, ainda é reduzido quantitativamente e por isso, a difusão da Musicografia Braille também carece de um maior apoio. Faz-se necessário relembrar, de acordo com Tudissaki e Lima (2012) que o sistema de grafia Braille foi desenvolvido por Louis Braille em 1825, a partir do Sistema Barbier. E que após adaptações, cria-se o método de leitura e escrita em Braille, e em

seguida realizam-se adaptações neste para a leitura e escrita musical, originando então a Musicografia Braille.

De acordo com Bertevelli (2007, p.163)

A notação musical Braille sempre esteve à margem do ensino musical, ou pela falta de profissionais que dominam essa escrita para ensinar seus alunos ou por acomodação do próprio deficiente, que muitas vezes prefere trabalhar somente com o ‘ouvido’ não dando importância à representação gráfica dos sons.

Musicografia Braille é uma área do estudo da música que está focada em prover o acesso de deficientes visuais e pessoas de visão reduzida ao material musical escrito em tinta através do sistema de grafia braile.

Os estudos de Bonilha (2007) visam contribuir para o levantamento de questões relacionadas ao ensino da Musicografia Braille como as que indagam sobre quais os maiores desafios ao ensino da Musicografia Braille e quais as participações do aluno, do professor e da instituição de ensino nesse processo.

Outra circunstância importante do referido estudo é a sua feitura por parte de um estudante de música deficiente visual, o qual diariamente deparava-se com os desafios do aprendizado da música e reconhecia ser imprescindível a difusão desse tipo de ensino para uma melhor inclusão do deficiente no espaço acadêmico.

De fato, um aluno não deficiente pode relacionar-se em outras partes do Brasil com o autor, por intermédio de sua pesquisa e notar espaços de interesse que podem contribuir para formação de um fórum permanente de discussão em torno da problemática aqui apresentada, sinalizando alternativas viáveis ou mesmo problematizando possibilidades de respostas ao ensino da Musicografia Braille.

Bonilha (2007) ressalta que:

[...] apesar desse reconhecimento, existe uma grande carência de espaços em que esse código seja difundido. Há poucos profissionais que se dedicam à transcrição de partituras para o Braille, em contraposição ao grande número de pessoas com deficiência visual que se interessam pelo estudo da Música. (BONILHA, 2007, p. 20).

A autora, também deficiente visual, aponta a disparidade entre a oferta e demanda dentro da ótica do ensino da musicografia Braille. De um lado, um

grande número de alunos interessados no aprendizado da Música e, paradoxalmente, de outro, uma carência de espaços de disseminação do código Braille, o que implica em sua pouca utilização também no que se refere ao ensino da musicografia.

Então, porque se tem mais uma razão para a continuidade dos trabalhos nesse sentido, apontando para um interesse maior em torno da questão, bem como a sinalização de ferramentas úteis a essa abordagem de ensino, o que pode ser salutar em qualquer instituição de educação que se proponha a fazê-lo.

Além disso, há que se realçar a importância da utilização da Musicografia Braille, lançando-se mão de sua adoção enquanto ferramenta pedagógica diferenciando-a do ensino de música tradicional cuja tônica é voltada para estudantes não deficientes visuais, os quais podem recorrer a técnicas mais auditivas de aprendizado da música.

Nesse sentido, Tudissaki aponta que:

A educação musical para deficientes visuais necessita de ferramentas pedagógicas modernas que, em conjunto com o conhecimento da Musicografia Braille, auxiliam o aluno na aprendizagem musical (...) o educador musical proporcionará a este aluno não apenas o prazer que a prática musical visa, mas, também, um aprendizado verdadeiramente eficaz, sem recorrer exclusivamente aos procedimentos pedagógicos predominantemente auditivos. (TUDISSAKI: 2012, p. 959).

O presente trabalho pode ser relevante também no que se trata da investigação decorrente do estudo da Musicografia Braille, pois se levando em conta o apontado pela autora supracitada, a ferramenta da Musicografia Braille aparece associada ao uso de ferramentas pedagógicas diversas cuja utilização pode se dar no cotidiano dos estudantes de música deficientes visuais.

Em termos práticos a presente pesquisa então pode se fazer presente numa contribuição para a adoção de novas ferramentas de ensino, o uso de programas de computador, o envolvimento de um maior número de professores identificados com essa seara do ensino.

A partir dessa maior difusão e a multiplicação e aperfeiçoamento de um corpo docente a formação de um grupo de alunos pode se dar num contexto

em que a instituição assista a ampliação do número de vagas para alunos deficientes ou mesmo a um maior fornecimento do aparato necessário a estruturação de um ensino de música que atenda tanto a não deficientes quanto a deficientes visuais.

A maior inclusão dos deficientes visuais no ensino e aprendizagem da música parece ser a implicação mais interessante do ponto de vista da continuidade da pesquisa em torno da musicografia Braille. Essa inclusão, no contexto em que se destaca não significaria tão somente um aumento estatístico, um incremento meramente quantitativo no número de alunos deficientes atendidos nos departamentos de ensino.

A inclusão se iniciaria por meio desse processo de maior inserção, ou seja, aumento no número de vagas e alunos efetivamente atendidos e poderia ir além, provocando uma atitude de reposicionamento da instituição de ensino envolvida de modo a propiciar um espaço efetivo e permanente de difusão e aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem da Musicografia Braille, abrangendo suas particularidades e desafios.

Finalmente, do ponto de vista teórico e do ponto de vista prático a pesquisa em torno do ensino e difusão da Musicografia Braille se encontra numa atmosfera de encontro dessa via dupla de contribuição, desaguando na inclusão do aluno com deficiência no desenvolvimento da tecnologia relacionada a esse ensino.

O Manual Internacional de Musicografia Braille (BRASIL, 2004), deriva de muitos anos de estudos realizado pelo subcomitê sobre Musicografia Braille da União Mundial de Cegos – UMC, possuindo os seguintes temas: símbolos de clave, baixo cifrado, notação moderna e muitos outros símbolos individuais. E tem por finalidade reunir os acordos internacionais referendados nas Conferências sobre Musicografia Braille de 1982 (Moscou), 1987 (Marburg/lahn) e 1992 (Saanen, Suíça), com base nas Conferências Internacionais de 1888, 1929 e 1954.

Bonilha e Carrasco (2008) esclarecem que o código musical em Braille foi criado por Louis Braille que aplicou ao campo da Música o sistema de representação que ele desenvolvido e, que ao logo do tempo o referido Código foi sendo aperfeiçoado, visando contemplar todas as formas de representação

musical. Como exemplo o Manual Internacional de Musicografia Braille, que contém os fundamentos atuais desse Código.

Os já citados autores ressaltam que

Assim como os estudantes de Música que enxergam necessitam ser alfabetizados na Musicografia em tinta, os alunos cegos também devem ser capazes de ler e escrever partituras. Essa autonomia possibilita que essa população frequente espaços de formação musical, comum a todas as pessoas, o que encontra em consonância com os pressupostos da educação inclusiva (BONILHA; CARRASCO, 2008, p.4).

É importante refletir o que diz Carvalho (2010, p. 23) ao afirmar que:

A situação hoje é que, como os professores de música não têm conhecimento da Musicografia Braille, acabam por recusar-se a lecionar para estudantes cegos por julgarem impossível passar para eles o conteúdo das partituras com efetividade. Desta forma, torna-se muito difícil a inclusão de músicos cegos nas escolas de música regular. Daí a importância do método ser informado nos cursos de licenciatura de todo o país, podendo atrair curiosos, pesquisadores, professores interessados em trabalhar com o público.

Eis o porquê de se ter escolhido essa área para pesquisa, pois se pretende trazer visibilidade para o processo ensino-aprendizagem de alunos cegos nos Cursos de Licenciatura em Música.

2.1 Breve historicidade sobre os Direitos e Garantias do processo ensino-aprendizagem de alunos com deficiência visual na Educação Superior

A Portaria do Ministério da Educação (MEC) n. 3.284, de 07 de Novembro de 2003 (BRASIL, 2003), estabelece os requisitos de acessibilidade para pessoas com deficiência, bem como aqueles para instruir os processos de autorização e reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

No Artigo 2º consta o compromisso quanto aos alunos com deficiência visual:
II - no que concerne a alunos portadores de deficiência visual, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:
a) Manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora

que amplie textos, *software* de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, réguas de leitura, scanner acoplado a computador;

b) Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.

O Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), aponta como dever do Estado assegurar que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional, ressaltando que os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade. Para tanto, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas, incluindo:

Facilitação do aprendizado do Braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares; Garantia de que a educação de pessoas, em particular, crianças cegas, surdo-cegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

A fim de contribuir para o exercício desse direito, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

O Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011), dispõe sobre o atendimento educacional especializado, que prevê, no §2º do art. 5º: VII – a estruturação de Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior.

Os núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que

restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (BRASIL, 2011).

O Programa Incluir tem por finalidade orientar a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES, a fim de assegurar o direito da pessoa com deficiência à Educação Superior, fundamentado nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006) e nos Decretos nº. 186/2008, 6.949/2009, 5.296/2004, 5.626/2005 e 7.611/2011 (BRASIL, 2013).

O Programa Incluir tem por objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Universidades Federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

O acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino pressupõe a adoção de medidas de apoio específicas para garantir as condições de acessibilidade, necessárias à plena participação e autonomia dos estudantes com deficiência, em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social (BRASIL, 2013).

A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes, o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência.

[...] à gestão da educação superior compete o planejamento e a implementação das metas de acessibilidade preconizadas pela legislação em vigor, bem como o monitoramento das matrículas dos estudantes com deficiência na instituição, para provimento das condições de pleno acesso e permanência. Esta obrigação não deve ser transferida aos estudantes com deficiência ou as suas famílias, por meio da cobrança de taxas ou qualquer outra forma de transferência da atribuição (BRASIL, 2013, p. 24-25).

Se faz importante relembrar que o Projeto Incluir foi criado em 2005, visando garantir acessibilidade na Educação Superior e que foi implementado

até 2011, por meio de Chamadas Públicas, realizadas pela SEEESP e SESU, por meio das quais, as Instituições Federais de Educação Superior apresentaram projetos de criação e consolidação dos Núcleos de Acessibilidade, com objetivo de eliminar barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, nas instalações, nos equipamentos e nos materiais didáticos.

A partir de 2012, o MEC, por intermédio da SECADI e da SESu, passa a apoiar projetos das IFES, com aporte de recurso financeiro, diretamente, previsto na matriz orçamentária das Instituições, com a finalidade de institucionalizar ações de política de acessibilidade na educação superior, por meio dos Núcleos de Acessibilidade, que se estruturam com base nos seguintes eixos: infraestrutura; currículo, comunicação e informação; programas de extensão; programas de pesquisa.

Em relação à infraestrutura os projetos arquitetônicos e urbanísticos das Instituições Federais de Educação Superior - IFES são concebidos e implementados, atendendo os princípios do desenho universal.

Quanto ao currículo, comunicação e informação, estes devem garantir pleno acesso, participação e aprendizagem às pessoas com deficiência que ocorre por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos, de equipamentos de tecnologia assistiva e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras.

No que diz respeito à participação da comunidade nos projetos de extensão é assegurada a todos e todas, por meio da efetivação dos requisitos de acessibilidade. Além disso, disseminar conceitos e práticas de acessibilidade por intermédio de diversas ações extensionistas, caracteriza-se em compromisso institucional com a construção de uma sociedade inclusiva.

Quanto aos Programas de Pesquisa, o desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada, abrangendo as inúmeras áreas do conhecimento, tem sido importante mecanismo para o avanço da inclusão social das pessoas com deficiência, quando se fundamenta no princípio da transversalidade, do desenho universal e no reconhecimento e valorização da diferença humana, compreendendo a condição de deficiência como característica individual. Assim, é possível, dentro das especificidades de cada programa de pesquisa, articular, ressignifica e aprofundar aspectos conceituais e promover inovação,

ao relacionar as áreas de pesquisa com a área da tecnologia assistiva (BRASIL, 2013).

Ainda de acordo com Brasil (2013) no período de 2005 a 2010, as chamadas públicas concorrenceis, contemplaram as seguintes ações de acessibilidade:

- a) Adequação arquitetônica ou estrutural de espaço físico reservado à instalação e funcionamento na instituição;
- b) Adequação de sanitários, alargamento de portas e vias de acesso, construção de rampas, instalação de corrimão e colocação de sinalização tátil e visual;
- c) Aquisição de mobiliário acessível, cadeira de rodas e demais recursos de tecnologia assistiva;
- d) Formação de profissionais para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas e para o uso dos recursos de tecnologia assistiva, da Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros códigos e linguagens (BRASIL, 2013).

Como podemos perceber, existe uma preocupação por parte da Legislação Federal em operacionalizar o discurso da Inclusão, o que falta nesse contexto é a adesão de recursos humanos para a concretização desse intento.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Educadores dispostos a desenvolver um trabalho junto a esses alunos devem conhecer as peculiaridades da Musicografia Braille, assim como devem estar aptos a proverem os recursos e o suporte de que tais estudantes necessitam durante o aprendizado (BONILHA, 2006, p. 32).

Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva, pois de acordo com Gil (2008) esse tipo de pesquisa é apropriada nos casos pouco conhecidos e/ou pouco explorados, bem como possibilita descrever o fenômeno pesquisado.

O objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Ao final de uma pesquisa exploratória, você conhecerá mais sobre aquele assunto, e estará apto a construir hipóteses. (GIL, 2008, p.11).

E de acordo com Triviños (1987, p. 128), na pesquisa descritiva “a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Por isso, não é vazia, mas coerente, lógica, e consistente.” Definindo, ainda, a essência da percepção e da consciência, segundo o mesmo autor.

3.1 Participantes

No total foram 38 participantes. Sendo 30 discentes e 08 docentes do curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Os discentes encontram-se identificados neste estudo por A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11, A13, A14, A15, A16, A17, A18, A19, A20, A21, A22, A23, A24, A25, A26, A27, A28, A29 e A30. E os docentes por P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8.

Dentre os discentes, 19 (dezenove) são do sexo masculino e 11 (onze) do sexo feminino. A faixa etária dos discentes entrevistados varia entre 19 a 42 anos e se encontram frequentam o 6º, 7º e 8º períodos.

Já entre os docentes 06 (seis) pertencem ao sexo masculino e 02 (dois) ao sexo feminino. E todos são professores do Curso de Licenciatura em Música da UFMA.

3.2 Local

A Pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, especificamente, no Centro de Ciências Humanas – CCH. Com alunos e professores do Curso de Licenciatura em Música, no período de julho a dezembro de 2014.

3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Realizaram-se entrevistas semi-estruturadas (Apêndices A e B), pois de acordo com Trivinos, 1987 “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). E segundo Ludke e André (1986, p. 34), a mesma “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”.

Os dados foram coletados através de um roteiro contendo 07 perguntas, sendo 06 comuns e uma específica aos docentes e discentes.

3.4 Coleta de Dados

Os dados foram coletados na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, especificamente no Centro de Ciências Humanas – CCH, no Curso de Licenciatura em Música. Após o mapeamento e a identificação dos participantes, agendavam-se as entrevistas de acordo com a disponibilidade dos docentes e dos discentes. No dia agendado, explicavam-se os objetivos da pesquisa e após o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes (Anexo A), os dados eram coletados em salas que se encontravam disponíveis para este fim. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Faz-se importante esclarecer que durante o processo de coleta de dados, bem como durante as transcrições das entrevistas, houve a colaboração de uma pessoa vidente que se disponibilizou a ajudar.

4 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

Como os professores de Música não têm conhecimento da Musicografia Braille acabam por recusar-se a lecionar para estudantes cegos por julgarem impossível passar para eles o conteúdo das partituras com efetividade (CARVALHO, 2010, p. 23).

Neste capítulo apresentam primeiramente os resultados coletados com os discentes, a seguir os com os docentes. Após a apresentação dos resultados, seguem as análises realizadas juntamente com as discussões que se fizeram necessárias.

Ao serem indagados sobre o que entendiam por **Musicografia Braille**. Vejamos o que dizem os (as) discentes e docentes do Curso de Licenciatura em Música a seguir:

“É um sistema de escrita musical para deficientes visuais” (A1);

“Nada” (A2);

“A princípio não conheço, mas por dedução posso dizer que é uma escrita musical para pessoas cegas” (A3);

“A escrita da música em Braille para pessoas com deficiência visual” (A4);

“A escrita musical em Braille” (A5);

“É um código em Braille voltado para a música, para a teoria musical” (A6).

“É o processo de seleção e armazenamento de peças ou pesquisas na área musical por intermédio da língua Braille” (A7).

“É um código Braille para escrita musical” (A8);

“Escrita para deficientes visuais” (A9);

“É um artifício usado para ajudar deficientes visuais a entenderem e interagirem com a música, bem como conhecê-la” (A10);

“Escrita musical para pessoas cegas” (A11);

“Não sei nada, pretendo conhecer, mas o curso não oferece” (A12);

“Um sistema de notação adaptado às necessidades das deficiências visuais” (A13);

“Repertório musical disponibilizado na grafia Braille para a inclusão dos deficientes visuais na leitura musical” (A14);

“Eu não tenho nenhum conhecimento em musicografia Braille” (A15);

“Como a escrita da música em Braille” (A16);

“Sistema Braille que serve para transcrição de músicas” (A17);

“É a transcrição de música/partituras em um formato acessível à educação musical de deficientes visual” (A18);

“Significa o estudo da música através de códigos para pessoas deficientes, no caso: surdos, mudos e cegos” (A19);

“Acho que está relacionado a escrita da música em braille” (A20);

“Nada” (A21);

“É a escrita musical em Braille” (A22);

“Musicografia Braille é a escrita da música para pessoas cegas” (A23);

“É uma forma de escrita musical que auxilia o deficiente visual no aprendizado e estudo da música” (A24);

“Escrita musical em códigos, em Braille” (A25);

“É a escrita musical para deficientes visuais” (A26);

“É um tipo de código utilizado para a leitura de partitura bem como os aspectos que envolvem esse estudo” (A27);

“Seria a escrita musical em Braille, que é a forma de escrita que auxilia o deficiente visual” (A28);

“A musicografia Braille é a escrita musical para pessoas cegas” (A29);

“Uma codificação em Braille direcionada ao ensino da música às pessoas com deficiência visual” (A30).

Percebe-se que a maioria dos discentes possui um entendimento sobre a Musicografia Braille, embora possamos levantar duas hipóteses sobre esses dados. A 1^a é que possam ter respondido por dedução em relação à própria pergunta e a segunda é que os referidos conhecimentos não foram adquiridos no próprio Curso.

Diante dos fatos, se faz importante citar Tudissaki e Lima (2012) ao ressaltarem que a Musicografia Braille é a grafia utilizada para que as pessoas

com deficiência visual possam ler e escrever partituras. Ferramenta de suma importância à compreensão dos processos de ensino e aprendizagem musical, principalmente, nos tempos atuais em que tanto se trata da inclusão das pessoas com necessidades educacionais em espaços escolares.

Iniciam-se as respostas dos docentes.

“Entendo que é um sistema de tradução de toda escrita musical adaptada a pessoas portadoras de necessidades especiais (na visão)” (P1);

“Pra mim musicografia Braille é um tipo de registro em partitura a partir do sistema Braille, para cegos, não é isso? surdos cegos também... é isso” (P2);

“eu conheço um pouco musicografia Braille porque eu orientei uma dissertação de mestrado da Kátia Cucci que era sobre o programa Musibraille, que provia uma interface entre a musicografia Braille e o professor leigo no Braille que orienta alunos que usam essa linguagem. O que eu conheço da musicografia Braille é que ele usa o mesmo código, aplicado à funções musicais, e me parece extremamente complexo...eu acho que a música já é uma coisa difícil por si só e com a musicografia braille ela se torna ainda mais complexa, porque não existem sinais específicos pra música...são os mesmos...eu não sei como é o nome correto disso, mas, enfim, o dó é uma bolinha, duas bolinhas, enfim não sei, mas eu fiz um seminário na pós graduação lá na Bahia, em que a professora Kátia Cucci explicou o sistema todo, mostrou como é, como é que se escreve, como é que os músicos que usam aquela linguagem, tem que fazer pra ler a música, enfim, é o que eu conheço” (P3);

“Eu conheço a existência da musicografia Braille, já entrei em contato com algumas partituras de musicografia; já vi os aparelhos que produzem essas partituras, mas não sei decodificar os elementos que constituem essas partituras. Então o que eu entendo como musicografia Braille é... eu entendo como uma relação de códigos táteis que podem ser decodificados para a execução de elementos musicais: rítmicos, melódicos e harmônicos” (P4);

“Musicografia é a forma de texto musical que é adaptada pra pessoa que é, uma pessoa com deficiência visual. E aí, esse tipo de linguagem, ele...na verdade é uma espécie de partitura pra músicos cegos. O que eu entendo seria isso” (P5);

“O que eu entendo por musicografia Braille é que é um sistema de aprendizado musical através do Braille” (P6);

“Musicografia Braille é uma... digamos que seria um sistema, não sei se sistema seria a palavra correta, que foi criado recentemente pra buscar ampliar, inserir um público que até então era tratado a margem do ensino de

música, que são as pessoas com necessidades especiais, e que, a partir disso, eles começaram a ter contato, tanto com a parte de, o acesso a partitura, quanto também acesso a leitura de partitura, como também acesso de produção, de composição, de escrita” (P7);

“Deve ser um sistema de notação desenvolvido para pessoas com deficiência visual. Seria isso o termo? Basicamente seria isso. Agora nunca vi, eu não conheço o programa que faz” (P8).

Verifica-se que as respostas dos docentes foram parecidas como as respostas dos discentes, com exceção de um professor, quando relata que a Musicografia Braille é um sistema que foi “criado recentemente”, ficando claro que também existem professores que desconhecem e/ou conhecem pouco sobre o assunto aqui estudado.

Sobre essa questão Tomé (2003) afirma que a carência de professores de Musicografia Braille, bem como à falta de divulgação sobre essa grafia que possibilita pessoas cegas ler e escrever partituras justifica a importância da realização de cursos que visem capacitar professores para a Inclusão de pessoas cegas no campo da música, favorecendo com isso, suas formações profissionais.

Quanto ao questionamento **se no Currículo do Curso de Licenciatura em Música existia a Musicografia Braille.** Dos 30 discentes participantes da pesquisa, todos foram unânimes em afirmar que no referido Curso da UFMA não existia a Disciplina Musicografia Braille. Conforme podemos verificar em algumas falas a seguir:

“Eu desconheço” (A7);

“Não existe essa disciplina” (A12);

“Não. E seria muito interessante se existisse no curso, pois, iremos usar bastante em escolas onde houver pessoas com deficiência visual” (A28);

“Entendo que deveria constar, mas o que temos de realidade é que o corpo docente se ressente com a falta de conhecimento; mestres e doutores que não detêm o conhecimento e que ficam apreensivos quando se deparam com a necessidade em sala de aula” (A29).

Iniciam-se as respostas dos docentes.

“Não” (P1);

“Não. No presente momento, até onde, desde o dia em que eu entrei na UFMA que tem dez meses, eu desconheço que o currículo possua e que contemple a musicografia Braille. Não contempla” (P2);

“Que eu saiba, não. Embora eu seja um professor novo aqui na casa, que eu saiba não existe” (P3);

“A musicografia, ela não existe no curso de licenciatura de música da UFMA, não existe como disciplina e também desconheço a presença dela como conteúdo de alguma disciplina do curso. O que eu sei é que nós temos um núcleo de acessibilidade que presta o apoio necessário ao aluno que possui algum tipo de necessidade, com relação a elementos visuais” (P4);

“Bem, na grade, na última grade vigente, de 2010, não havia. Nós fizemos uma revisão curricular, que foi aprovada agora em 2014, nós demoramos dois anos pra aprovar essa grade; e aí nós colocamos a disciplina que chama educação inclusiva em música. Essa disciplina ela tem que contemplar entre as várias metodologias pra pessoa com deficiência também, pelo menos uma base de musicografia Braille, principalmente aquele programa Musibraille, que ele consegue fazer uma interface fácil pra quem não precisa aprender a musicografia Braille pra poder escrever uma partitura pra pessoa com deficiência visual” (P5);

“Ah, isso é só conferir lá no currículo, não tem, não precisa perguntar pra mim, isso já tá lá” (P6);

“Eu desconheço. Acredito que não haja. Que, infelizmente é uma área a gente não tem ninguém especializado no assunto; carece muito de alguém nessa área no nosso curso, mas que eu saiba até então nunca foi feito um concurso pra professores que trabalhassem, não apenas com musicografia Braille, mas também com questões relacionadas à essa parte de inclusão” (P7);

“Não. Não existe. Até onde eu sei, não” (P8).

Ficou evidente a unanimidade das respostas tanto dos discentes quanto dos docentes de que não há no Currículo do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão a Musicografia Braille. O que se faz necessário citar Bonilha (2010, p.199) ao ressaltar que “as reflexões sobre o código musical em Braille representam então um convite para que educadores e alunos compreendam a música a partir de um olhar auditivo”.

Quando se solicitou a opinião dos participantes em relação se o **Curso de Licenciatura em Música encontrava-se preparado para o processo ensino-aprendizagem de alunos cegos**. Os resultados obtidos foram:

“Não, pois o mesmo ainda não possui estrutura e corpo docente preparado” (A1);

“Não. Porque o curso não tem professores preparados para lidar com esses alunos e nem dispõe de recursos adequados” (A2).

“Não. Por falta de professores com o domínio no assunto, e também por falta de recurso” (A3);

“Não. Porque o conteúdo trabalhado na disciplina que trata do assunto, não faz um aprofundamento necessário para tal” (A4);

“Não. Pois se precisa de profissionais capacitados e especializados nesta área” (A5);

“Não. Porque em primeiro lugar não há interesse em preparar-se. Consequentemente, não há professores capacitados, estrutura física não está adequada e nem há material pedagógico apropriado” (A6)

“Não. Porque não dispõe de recursos suficientes para atender às necessidades desta “necessidade especial” (A7);

“Não. Porque há falha inicial na grade curricular. Esta impulsiona, em minha opinião, o desleixo para com o processo de ensino-aprendizagem destes alunos, além da falta de recursos” (A8);

“Não. Existe muita resistência por parte dos docentes e discentes de buscarem especialização da área citada” (A9);

“Não. Pois o corpo docente não tem tal capacitação para tanto” (A10);

“Não está preparado em relação a esse tipo de aprendizagem” (A11);

“Não, pois não existe a preocupação em iniciar os processos de pesquisa na área” (A12);

“Não. Porque não há metodologias, nem material inclusivo voltado para deficientes visuais” (A13);

“Não, porque as aulas de didática não têm aula direcionada para esse ensino” (A14);

“Não. Porque carece de preparo estrutural, bem como dos indivíduos relacionados” (A15);

“Não. Pois os professores não são preparados para atuar na área de pessoas com necessidades visuais, auditivas. Portanto, o paradigma da inclusão caracteriza-se por um processo de adaptação e preparação. A educação

especial é de significativa importância, e a universidade deve contribuir com o processo ensino-aprendizagem na formação dos licenciados” (A16);

“Não, porque não há estrutura, nem professores preparados” (A17);

“Não, devido ao fato de muitos dos alunos não terem formação em braille” (A18);

“Não, porque não possui a estrutura mínima para o desenvolvimento dos alunos” (A19);

“Não. Não existem profissionais gabaritados ou preparados para atender esse público” (A20);

“O curso não oferece nenhum suporte para a inclusão e preparação de alunos cegos” (A21);

“Um curso que não inclui alunos cegos, tão pouco estará preparado pra capacitar professores que possam ensinar, a começar na grade curricular que não existem disciplinas que abordem como prioridade a questão do ensino de música e a escrita dela para os cegos” (A22);

“Acredito que não. Penso que há de se avançar numa formação continuada pra os professores do curso, a adaptação dos locais de estudo e a incorporação de disciplinas que abordem a temática” (A23);

“Não. Justamente porque não existe nenhuma disciplina oferecida no curso que compreenda tal área” (A24);

“Não. Porque os professores não tiveram disciplinas que os deixaram capacitados pra trabalhar com tal” (A25);

“Não. Pois não disponibiliza da infraestrutura adequada para atender a esse grupo de pessoas” (A26);

“Não. Pois não existem materiais didáticos necessários, professores e estrutura adequada para uma aprendizagem significativa de alunos cegos” (A27);

“Pouco preparada, deveria ser mais enfatizado o ensino da musicografia braille no curso” (A28);

“Não. Porque até hoje nunca vi essa preocupação de adaptações de aulas ou até materiais didáticos para cegos, mesmo tendo um aluno nessa condição” (A29);

“Não, como disse anteriormente, os professores desconhecem como lidar com a situação. Existe a boa vontade, mas no caso o que atenderia mesmo seria a capacitação dos mesmos” (A30).

Iniciam-se as respostas dos docentes.

“Não, não se encontra preparado. Nós temos ainda certas dificuldades, não só com aluno cego, senão com outro tipo de deficiências. Não, tanto o curso quanto a UFMA, geograficamente” (P1);

“Bem, ao meu ver, o curso necessita de mais estrutura pra contemplar essa nossa realidade dessa diversidade de alunos, com pessoas com deficiência visual; e na verdade, ele precisa qualificar também os profissionais, abrir concurso para pessoas que já são qualificadas (profissionais, professores já qualificados); pra que a gente possa atender essas demandas de forma favorável à aprendizagem de música. Nós precisamos sim contemplar essas demandas, mas também nós precisamos ter uma estrutura que possa abarcar, que possa receber essas demandas dessas pessoas com deficiência visual” (P2);

“Acredito que não só o de licenciatura em música dessa universidade, mas da maioria dos cursos no Brasil, com exceção daqueles que têm programas específicos pra isso, não estão preparados não; porque falta tudo: falta equipamento, falta formação pra pessoas que, (pessoas professores, eu digo); que possam trabalhar com essas pessoas que precisam desse, vamos chamar vocabulário; e não há, até onde eu sei, acesso a cursos desse tipo, e não vejo também, muito interesse por parte dos professores em se dedicar a isso; que é, enfim, pela própria especificidade da musicografia braille, requer do músico um novo aprendizado, quer dizer, é um aprendizado, além da música, ainda precisa aprender a musicografia braille pra ajuntar uma coisa com a outra. Por isso eu acho esses programas que estão surgindo, que permitem que aja uma compreensão do aluno que usa a musicografia braille e o professor que não usa, e esses programas convertendo de um lado pra outro, permite que o professor possa, de fato avaliar se o aluno está fazendo certo ou não; e por outro lado permite a comunicação entre os dois” (P3);

“Em minha opinião o curso não está preparado para o processo de ensino-aprendizagem de alunos cegos. E eu digo porque sou professor do curso de música, e nunca recebi nenhum tipo de treinamento para trabalhar com os cegos. Apesar de ter trabalhado com o aluno João Brito, se não me engano, por três ou quatro semestres consecutivos. E, nossa relação em sala de aula, se constituiu com base na compreensão mútua, tanto da necessidade do aluno, quanto da necessidade que o aluno tinha com relação à visão, tanto com a necessidade, minha necessidade como professor por desconhecer totalmente a musicografia braille, a decodificação desses elementos da musicografia braille. Então, como professor nunca recebi treinamento nenhum pra trabalhar com alunos cegos e trabalhei com um deles por pelo menos quatro semestres consecutivos” (P4);

“Eu acredito que o curso em si, ele está preparado sim, porque nós temos toda a assistência que é oferecida do curso, não só pra pessoa com deficiência visual, mas qualquer outro tipo de deficiência; o que acontece é a gente adaptar a metodologia de acordo com a deficiência que se apresenta. O grande problema que temos no curso é que não existe uma fórmula pronta pra isso; mas nós temos que instruir os professores pra que eles possam entrar em diálogo com a coordenação do curso e com alguns técnicos também do núcleo de acessibilidade pra que possa tá realizando a adaptação do material e, por ventura, de alguma outra necessidade que se apresente pro discente ele ter condições de isonomia em relação ao aprendizagem em relação aos outros alunos” (P5);

“Não. Porque a gente não recebeu treinamento pra isso...aliás, nem nossos alunos estão recebendo treinamento pra isso” (P6);

“Não. Primeiro porque os professores não foram e não se preparam pra isso, né, a formação que nós todos recebemos, grande parte do grupo de professores é bacharel; então não teve contato com nada relacionado ao assunto, a libras, nem outra disciplina relacionada a inclusão; mas os poucos os licenciados que tem, também acredito que não estejam preparados pra ensinar esse público. Então, precisamos, na verdade, precisamos de algumas medidas importantes, que primeiro é a questão da inserção da disciplina libras e de outras disciplinas relativas a isso. E outra, é a questão mesmo da criação da infraestrutura da UFMA, do curso de música pra atender esse público; não tem, a gente não tem nada adaptado, não tem instrumentos, não tem material de consulta, livro, etc...então eu acredito que o curso deixa a desejar nesse quesito” (P7);

“Essa terceira questão eu acho que não só o curso de licenciatura em música, mas nenhum curso que eu conheço dessa universidade está preparado para o processo de ensino-aprendizagem de alunos cegos. É uma lacuna que não só eu, praticamente todos os professores precisam preencher; aqui dá-se muita importância e ênfase à titulação, né...uma pós graduação, tem um mestrado, tem um doutorado; mas a universidade possibilita o acesso de alunos com diversas deficiências; porém, uma coisa que era pra ser feita e não se faz, é a capacitação do professor na mediação dessa informação, ou seja ele deficiente visual, deficiente auditivo ou qualquer outro tipo de deficiência que venha ter; o professor aqui ele não é preparado, não há um curso de preparação pro docente... e digo ainda mais: o número de funcionários pra dá assistência a esse tipo de situação é muito pequeno! Deveria haver sempre, pelo menos um funcionário além do professor pra mediar em todas as aulas que esse aluno estivesse, as informações, NE?.Penso eu que não seja a realidade da instituição, infelizmente” (P8).

Em relação a esta questão, os dados demonstram quase uma unanimidade das respostas de que o Curso de Licenciatura em Música da UFMA ainda precisa se preparar melhor para atender às pessoas com deficiência visual visto a sinalização de fatores que comprometem a eficácia e/ou fins do Curso com relação ao ensino-aprendizagem do aluno cego, tais como: professores sem capacitação para trabalhar com este público, carência de material didático adaptado, inexistência de ensino e/ou metodologias em Braille, etc. De acordo com as declarações de um dos entrevistados o Curso encontra-se preparado para atender os alunos cegos.

Nesse contexto, se faz importante citar Bonilha e Carrasco (2008, p.3) ao ressaltar que “os professores de música quase sempre não dispõem de informações sobre o código musical em Braille, e, nesse sentido, há a necessidade de que eles sejam instrumentalizados para poderem lecionar a essa população”.

Vale ressaltar Tudissaki (2014) ao esclarecer que estão sendo desenvolvidos vários softwares específicos para a transcrição de musicografia Braille e que destes softwares permitem até mesmo que o educador musical sem grande conhecimento em Braille possa transcrever partituras para seus alunos com deficiência visual.

Quando se questionou sobre **quais eram suas opiniões em relação ao que Bonilha ressaltava ao afirmar que (2007) “o aprendizado da Musicografia Braille é imprescindível à formação de pessoas cegas, e constitui um elemento indispensável à inclusão delas com relação ao ensino de música”**. Vejamos o que disseram, a seguir:

“Considero de suma importância, pois a mesma facilita a compreensão da teoria musical” (A1);

“É de suma importância porque é o meio deles desenvolverem suas habilidades musicais segundo sua realidade” (A2);

“Concordo com Bonilha, pois a inclusão é essencial e para que ela ocorra é preciso que as necessidades de cada um seja atendida i” (A3);

“Concordo plenamente, pois os cegos não podem ficar à margem da literatura e teoria musical. Precisam de um trabalho técnico e sistemático” (A4);

“Acredito que a musicografia Braille é imprescindível, não só à formação de pessoas cegas, como também aos que não são cegos. Com relação à inclusão, concordo parcialmente com Bonilha, pois no meu ponto de vista, a grafia musical em geral é um recurso a se utilizar na música” (A5);

“Acredito que o autor esteja afirmando que, assim como o vidente tem a oportunidade de aprender a ler a partitura, o cego também deve ter essa oportunidade, para que possa ensinar outros também” (A6);

“Concordo, pois temos que exaltar uma forma inclusiva do fazer acadêmico” (A7);

“Esta é uma firmação correta e importante, pois a inclusão no ensino deve ser total” (A8);

“Ela mostra a importância da linguagem própria para as pessoas cegas” (A9);

“Retrata o real significado do que a musicografia Braille significa no ensino de música” (A10);

“Concordo com tal afirmação, a musicografia Braille é de suma importância para a inclusão de pessoas cegas” (A11);

“Sim, sem a musicografia Braille, os músicos cegos não tinham muito desenvolvimento em relação a partituras, livros, etc” (A12);

“Acredito que essa afirmativa é uma preocupação muito válida, mas longe de se tornar relevante nas mãos de quem pode fazer mais a nível prático” (A13);

“É importante, e não só importante para a formação musical de deficientes visuais, mas também para professores que devem estar capacitados a educar musicalmente os cegos” (A14);

“Acho que é extremamente necessário para um professor de música, que deveria fazer parte do currículo do curso de música na universidade, visto que estamos trabalhando a inclusão em todos os âmbitos da sociedade” (A15);

“Acredito que ela referia-se à musicalização dessas pessoas e como profissional da área, concordo” (A16);

“A musicografia Braille é imprescindível, a formação de pessoas cegas, pois possibilita o “universo” completo da música” (A17);

“Concordo, pois é uma forma de integrá-las em atividades musicais, como a própria prática de instrumento; educá-la nas teorias; e torná-las aptas a ler e tocar qualquer partitura em Braille” (A18);

“Pelo fato dessa ciência está ligada ao estudo musical para essas pessoas deficientes” (A19);

“Concordo com o pensamento dela, tendo em vista, que devemos aprender a linguagem Braille para poder com a música inserir as pessoas que necessitam do aprendizado musical” (A20);

“Tudo que trata sobre a inclusão com relação ao ensino-aprendizagem às pessoas com deficiência é indispensável” (A21);

“Concordo com a afirmação de Bonilha, não existe inclusão no ensino da música aos cegos sem a existência da musicografia Braille. Tão imprescindível como o pentagrama, a partitura para os músicos que não possuem necessidades especiais” (A22);

“Acredito que Bonilha ressalta muito bem o papel que a musicografia Braille cumpre para a implementação de uma educação musical inclusiva” (A23);

“A musicografia Braille é a única forma do aprendizado musical de forma escrita” (A24);

“Pode-se observar que o número de pessoas cegas estudando ou trabalhando a música, é grande, logo podemos ver que a grande maioria dos cegos que estuda música, tem domínio do instrumento, até mais que os não cegos. Partindo do pressuposto que existe uma escrita e linguagem própria dos mesmos, não há porque não se fazer uso dela. O uso da escrita musicografia Braille é de fundamental importância, pois além de incluir, ela vem suprir a necessidade do registro de material adequado pra cegos” (A25);

“Que de fato a inserção da musicografia Braille no curso de música licenciatura é de suma importância para a comunidade acadêmica” (A26);

“Diante de tal afirmação constata-se o quanto o processo de inclusão e preparação de profissionais adequados para o ensino de musicografia Braille caminha a passos lentos e no caso do curso de licenciatura em música da UFMA, uma realidade distante” (A27);

“Concordo com ela, é essencial para o aprendizado mais eficaz do D.V” (A28);

“A musicografia Braille é importante sim para a formação de um músico cego, assim como a leitura e escrita musical é importante para qualquer músico. Porém a musicografia Braille não é o meio exclusivo para a inclusão ao ensino musical, pois assim como um aluno não cego este terá que saber fazer melhor uso dos seus ouvidos, pois o primeiro princípio para se fazer música é ouvir, saber ler é algo que vem depois, isso se o aluno assim desejar” (A29);

“Concordo plenamente com que disse a autora citada, principalmente quando o vislumbre é o profissionalismo; e em se tratando de licenciatura plena aí mesmo é que se torna imprescindível” (A30).

Iniciam-se as respostas dos docentes.

“Com certeza. Não somente isso, eu acho também que nós professores não cegos, deveríamos ter um conhecimento básico de todos os segmentos, que seria necessário, quando se tem alunos com deficiência em sala de aula” (P1);

“Penso que é uma opinião de significativa relevância porque a musicografia Braille é a ferramenta que o cego, a pessoa com deficiência visual ela tem pra que ela possa compreender a música de forma sistemática porque a musicografia braille é um registro, é um tipo de registro que a pessoa com esse tipo de deficiência, ela tem em mãos pra que ela possa também desenvolver profissionalmente a sua... colocar em prática, né, como um profissional da área também, tendo como subsídio essa ferramenta, porque nem tudo a gente consegue memorizar, né? então, que tem como registro, é possível a gente ampliar as formas de ensino e aprendizagem de música. E a partir desse princípio, eu acredito que a musicografia braille é de fundamental importância pra pessoas cegas” (P2);

“Eu concordo. Acho que sim. Eu não sou um especialista nisso, mas me parece que a única maneira de uma pessoa cega aprender música, pelo menos aprender do ponto de vista formal, é através da musicografia braille. A menos que, agora com esses programas que eu tenho mencionado, seja possível fazer o aprendizado de outra forma. E deveria haver mais pesquisas sobre como ensinar música pra pessoas cegas, talvez até sem ficar dependente dessa musicografia, que a mim parece uma grafia bastante complexa. Eu mesmo teria extrema dificuldade em aprendê-la, eu imagino” (P3);

“Concordo com a opinião desse autor, também desconhecia esse autor, mas concordo com a opinião dele, acredito que assim como a leitura do código musical como a gente tem hoje, né, desde Guido D’Arezzo... é importante pra a formação do músico e do professor de música; acredito que o aprendizado da musicografia Braille seja importante pra a formação, tanto do profissional de música que possua alguma limitação visual, quanto para qualquer pessoa que tenha interesse em conhecer um pouco mais do universo musical que também possua essa limitação visual. Então eu concordo com essa afirmação. Acredito o aprendizado da musicografia Braille seja imprescindível à formação das pessoas cegas... não necessariamente aquelas que pretendam ser profissionais da área de música, mas aquelas que tenham interesse, seja amador, seja hobby ou qualquer outra coisa do tipo” (P4);

“Eu discordo. Primeiro lugar, se a pessoa... a musicografia braille é importante sim, é. Só que o que nós temos que reconhecer: que o repertório escrito em musicografia braille é muito limitado. Se o músico com deficiência visual, ele for se basear no acervo que tá disponível pra ele de musicografia braille, ele vai ter um acesso muito limitado da quantidade de partituras que existem nessa linguagem. Então a gente sempre tá trabalhando, é importante pro músico com

deficiência visual ele ter noções de que ele vai sempre trabalhar com o ouvido, vai ter que “tirar de ouvido”, ele vai ter que trabalhar essas habilidades, que é a forma dele conseguir ter acesso ao material musical. Na verdade a musicografia braille ela é importante pra ter essa bagagem muito importante. Só que eu acho que ela não é imprescindível justamente pela limitação com que existe de partituras pro músico cego” (P5);

“Olha eu não conheço outros sistemas de ensino musical pra deficientes visuais, mas até aonde eu sei, musicografia Braille é muito importante nessa, pra essa função” (P6);

“Eu concordo com o autor, e, porém, eu não acho que é...eu concordo em parte: eu não acho que a musicografia braille ela é, digamos assim, um elemento indispensável; eu acho que ela é um elemento complementar. Por quê? Porque ele vai na verdade ampliar a possibilidade, o acesso de qualquer indivíduo cego à questões, à um número muito maior de elementos de música. Então a gente vai trabalhar, vai poder ampliar o contato daquele aluno com um, digamos assim, um referencial mais amplo, no caso de acesso a determinados elementos. Então acredito que a formação musical da criança cega pode se dá de outras formas que não sejam pela musicografia braille. Como, eu também acredito, a formação musical de pessoas ditas normais, ela pode se dá sem contato com partitura. Mas então eu acredito que a musicografia braille ela seria, na verdade, um elemento complementar que favoreceria a uma formação mais ampla do indivíduo dentro do campo da música” (P7);

“É até difícil falar desse, emitir uma opinião a respeito dessa afirmação do Bonilha porque eu desconheço o funcionamento da musicografia Braille... mas, pelo que me falam, talvez seja um dos únicos acessos ao registro de escrita, de leitura e escrita musical que o cego venha a ter; então, é de suma importância... pode-se assim constituir um elemento indispensável a inclusão das pessoas deficientes visuais no ensino da música; já que a gente utiliza muito no curso, partituras, música escrita, que não é só o aprendizado oral, ou música de ouvido, enfim, esse processo de leitura e escrita musical ele é constante pros acadêmicos de uma forma em geral, e não pode ser diferente pra quem é cego” (A8).

Nesta questão, percebe-se que a maioria dos discentes concordou com a autora Bonilha sobre a importância da Musicografia Braille para os alunos cegos. Apenas dois concordaram parcialmente, colocando esta ferramenta como complemento a ser utilizado pelo músico.

Dentre os docentes, 06 (seis) concordaram com a afirmação da Bonilha, 01 (um) concordou parcialmente e 01 (um) discordou totalmente, alegando que

essa ferramenta é muito limitada no que diz respeito ao acervo musical em Braille.

Nessa questão os dados convergem parcialmente com os de Tudissaki (2014) em que todos os educadores musicais foram unâimes em dizer que a musicografia Braille era essencial para o ensino de música aos alunos cegos, já que a musicografia Braille permite a autonomia para a leitura e escrita de partituras.

Ainda de acordo com Tudissaki (2014) o trabalho de docência musical para alunos com deficiência visual necessita de *adesão, ação e autoconsciência* por parte dos educadores musicais.

Em relação ao questionamento se **os materiais didáticos utilizados no Curso visando o ensino da Música, como as partituras, encontram-se também em Braille**. Todos os discentes foram unâimes em afirmar que não existe nenhum material no Curso de Licenciatura em Música sendo ensinado em Braille: Como podemos verificar em algumas falas:

“Não. E o curso tem que procurar melhorar, ou seja, procurar valorizar o aluno com deficiência visual” (A12);

“Os materiais do curso não estão em Braille, desde os planos de ensino das disciplinas até as partituras, pois há uma barreira muito grande de adaptação do material para os alunos cegos. A demora de entrega de material em Braille por parte do núcleo de acessibilidade também faz com que esses materiais não cheguem no tempo hábil” (A23);

“Não, mas poderia já que existe uma sala no CCH designada para auxiliar pessoas com deficiências, (núcleo de acessibilidade)” (A28);

“Não. Existe o núcleo de acessibilidade dentro da universidade, mas também existe a necessidade de profissionais com formação adequada para a elaboração do material e não se deve esquecer que a profissão de transcritor de sistema Braille ainda não é regulamentada. Alguma coisa é produzida, mas não contempla a totalidade” (A30).

Iniciam-se as respostas dos docentes.

“Não” (P1);

“Até o presente momento eu desconheço se tem alguma partitura em Braille. Pra mim, não tem nenhum material didático em Braille não no curso” (P2);

“Que eu saiba não. Pelo menos as que eu uso, não tenho nenhuma em Braille. E mesmo que eu tivesse, não saberia, inclusive, verificar se elas estariam corretas... uma partitura normal já é difícil de verificar, tanto a autenticidade quanto a correta transcrição, a própria edição pode conter erros, que dirá em braille! Então, eu acho que é uma lacuna muito grande que existe nos materiais didáticos que não têm... e eu diria não só partituras, mas mesmo livros de música em braille... e o problema principal que eu vejo é que no material didático de música, grande parte dos exemplos são musicais, são em escrita musical, quer dizer, esses exemplos todos da literatura deveriam ser transcritos pra o braille, então já é um trabalho imenso” (P3);

“Desconheço existir algum material didático do curso da UFMA que esteja em braille. Sei que quando precisamos de algum material em braille, nós passamos essa responsabilidade ao núcleo de acessibilidade, previamente e o núcleo prepara provas, textos, imagino que seja assim que geralmente aconteça” (P4);

“Não estão. Os materiais didáticos eles não contemplam a musicografia Braille. Pra isso, né, no caso, tem que ser, é necessitado até um técnico pra ajudar a gente a digitalizar; ou no caso, o próprio professor poderia tá usando o programa, o musibraille; e aí no caso, eu, nós temos uma impressora de braille no COLUN. Ele teria que levar esse material pro COLUN e imprimir. Lá tem um técnico que ele trabalha com isso, né; um rapaz lá que ele é técnico administrativo, ele sempre se colocou à disposição pra prestar auxílio pro curso. E agora que eu sempre falei foi que os professores procurassem a coordenação do curso pra gente poder dizer as diretrizes e contribuir de alguma forma pra que essa adaptação pudesse acontecer. Ela só acontece de acordo com a necessidade. Caso haja alunos na turma que necessitem dessa adaptação” (P5);

“Não, mas tem uma divisão aí que é, que era pra ser responsável por fazer essa tradução aí, né? não sei se tá funcionando direito mas...mas temos aí um setor responsável por fazer essa tradução, né...não sei como é que se chama” (P6);

“Não. Não estão, e pelo que eu sei não existe nenhuma política envolvida no, direcionada ao acesso de pessoas cegas a esse material didático; acredito que, e isso não é só no curso de música; eu acho que é algo que atinge todos os outros cursos também. Então esse tipo de material tem que vir para o curso, mas não só o material: tem também que oferecer curso para nós docentes saber como trabalhar isso. Que só ter material é bom, mas não resolve. Porque se não tiver ninguém que saiba manipular, não adianta muita coisa” (P7);

“Boa pergunta, acho que não. Deve ter um ou outro que foi pensado numa transcrição agora..mas eu penso que não...imagino a quantidade de material

também, né?.E a quantidade de gente trabalhando pra transcrever tudo isso” (P8).

Nessa questão, os discentes apontaram com exatidão a ausência de material em Braille no curso. Alguns discentes ressaltaram a não valorização dos alunos com deficiência visual ao perceberem dificuldades quanto à disponibilização de material em tempo hábil para que seu colega cego conseguisse acompanhar as aulas, juntamente com os demais colegas. Também apontaram para um funcionamento mais abrangente do núcleo de acessibilidade, bem como para a necessidade de uma melhor qualificação de professores para assegurar a inclusão dos alunos cegos nas salas de aulas do Curso de Licenciatura em Música.

Em relação aos docentes, a maioria afirmou não possuir material didático de música em Braille.

Diante dessa realidade, citamos Tomé (2003) por ressaltar a importância de os professores possuírem conhecimentos teórico-práticos em relação à Musicografia Braille, bem como a necessidade de mobilizar todos os esforços e atenções de profissionais em educação musical que queiram se especializar em Musicografia Braille.

Quando foi questionado aos discentes **se os alunos de Licenciatura em Música da UFMA, ao concluir o Curso, saberiam ensinar música a alunos cegos.** E quando a mesma pergunta foi feita aos docentes do Curso, as respostas foram:

“Sim, pois já tive experiência com colegas cegos na academia” (A1);

“Não. Porque o curso não me oferece essa qualificação” (A2);

“Não. Porque falta a disciplina de musicografia Braille no curso de música” (A3);

“Mesmo sem o devido preparo e com certa dificuldade, acredito que conseguiria ensinar” (A4);

“Sim. Pois como já abordei na questão 4^a, a musicografia braille, acredito ser um recurso, então apesar de eu não saber braille, posso trabalhar auditivo e o tato de outras maneiras” (A5);

“Não. Porque não nos foi repassado esse conteúdo e como proceder com eles” (A6);

“Não. Porque preciso de preparo na área para poder atuar” (A7);

“Não. Porque preciso de preparo na área para poder atuar” (A8);

“Não, pois não recebemos essa formação” (A9);

“Não. Por não ter tido contato com o assunto” (A10);

“Não em sua totalidade no que diz respeito a questões teóricas” (A11);

“Não. Porque não tive conhecimento nessa área” (A12);

“Não. Pois não fui preparado” (A13);

“Não. Porque não conheço os mecanismos voltados para o ensino de alunos cegos” (A14);

“Não, pois nós não temos durante os nossos estudos na universidade professor que nos direcione para essa prática” (A15);

“Sim, mas utilizando-me da capacidade sensorial musical dos alunos, pois não tenho preparo específico para tal fim” (A16);

“Não, pois não fui preparada, infelizmente, para atuar nessa área, porém será um desafio que irei buscar para aperfeiçoar meu trabalho e objetivo como educadora musical” (A17);

“Não, porque o nosso aprendizado na graduação não foi voltado à educação inclusiva, logo, ficou esta lacuna” (A18);

“Por enquanto, não, falta me qualificar no que tange a ciência braille” (A19);

“Não, porque não desenvolvi o conhecimento necessário para a matéria” (A20);

“Não. Porque no curso de licenciatura em música da UFMA, não oferece disciplinas voltadas para o ensino de música para o aluno com deficiência visual ou qualquer outra deficiência” (A21);

“Ao concluir o curso estarei apta a musicalizar qualquer aluno, mas não a ensiná-lo música, pois sem preparação, sem conhecer a musicografia braille não é possível” (A22);

“Em parte saberei ensinar música a alunos cegos. A formação da graduação em música não permite infelizmente um conhecimento mais profundo sobre as metodologias que podem ser trabalhadas e aplicadas para as pessoas cegas. O contato que eu tive durante as atividades do PIBID de música com um aluno

cego me possibilitou buscar textos, planos de aula e sugestões para o ensino da música a pessoas cegas” (A23);

“De certa forma, de maneira que não utilizarei a musicografia Braille” (A24);

“Não sei. Nas disciplinas de didática, não tenho nenhuma espécie de “treino” pra exercer tal função” (A25);

“Não. Pois até o presente momento em que respondi a esse questionário e ressaltando que já estou na fase de conclusão do curso de licenciatura em música, não tive nenhuma disciplina direcionada a esse público” (A26);

“Não. Porque o curso não dispõe de material, disciplina e profissionais com capacitação necessária para dar suporte aos alunos de graduação que futuramente precisarão de ferramentas necessárias para o ensino de música na sua carreira profissional” (A27);

“Sim, porém com alguma dificuldade justamente por não existir no curso essa disciplina (musicografia Braille” (A28);

“Talvez sim, se a proposta for estimulá-lo musicalmente para fazer música. Mas se for para ensinar música em Braille eu não saberei. O curso de licenciatura não dá nenhum suporte para essa prática” (A29);

“Nunca! Não há qualquer orientação a respeito do assunto!” (A30).

Iniciam-se as respostas dos docentes.

“Não, não saberão. Porque ainda não há, nem temos uma disciplina, embora teoricamente nós temos uma disciplina, mas na prática ela não acontece. Nós não temos uma pessoa especialista, e nós não aprendemos na nossa própria formação” (P1);

“Na minha disciplina de metodologia eu costumo contemplar esse assunto. Eu tenho contemplado desde o semestre que eu entrei, ingressei na UFMA como professora. Mas os conhecimentos, os conteúdos são muito básicos porque não é uma disciplina específica de musicografia Braille na qual a gente possa trabalhar todas as informações, conhecer o sistema braille, e saber escrever em braille, saber registrar em partitura, partitura braille. Então, assim, a nossa vivência em termos de conhecimento desses conteúdos são mínimos. E, no curso de música, e também no projeto, não tem disciplina que possa subsidiar esses alunos. Eu acredito que se o aluno não tiver uma formação fora do curso, especificamente, na musicografia braille, não estará apto também a ensinar música a alunos cegos. Porque é uma das ferramentas que se pode utilizar pra o ensino de música pra esse público. Contudo, não possuindo essa formação na licenciatura em música, também não estão qualificados no sentido de atender especificamente esse público” (P2);

“Eu acredito que não porque os próprios professores não têm como ensinar isso... eu vejo que alguns professores têm alguma preocupação com isso, mas em geral, não passa de uma aula em que se menciona o ensino de música pra pessoas, não só cegas, mas com outros tipos de dificuldades... então fica...a própria formação fica sem essa parte... agora eu também não vejo que seja possível num curso de licenciatura de três anos incluir um curso específico e/ou uma formação específica em braille, musicografia braille especificamente, num tempo desse; quer dizer, teria que haver um interesse específico do aluno, e procurar em algum lugar, se é que existe, uma formação em musicografia braille; porque eu não vejo, inclusive, dentro do tempo curto que existe hoje em dia pra as licenciaturas...o conhecimento se amplia e o tempo de duração dos cursos cada vez diminui mais, então sempre fica incompleto” (P3);

“Imagino que os alunos da licenciatura em música assim que formados, terão muitas dificuldades pra trabalhar com alunos cegos, assim como eu tive também essas dificuldades; porque na formação não está prevista, não estão previstas situações em que a gente tenha que se confrontar, com as quais nós tenhamos que nos confrontar com relação à alunos que tenham necessidades relacionadas ao campo visual, ao sentido visual. Então, mas acredito que boa parte dessas dificuldades podem ser sanadas com a experiência que esses alunos podem ter já no campo de trabalho. Então, talvez uma valorização do campo de estágio voltado também pra esse universo de alunos com necessidades visuais, com limitações visuais pode proporcionar uma melhor formação aos alunos, e também experiência. Agora, pra que esse processo de ensino-aprendizagem seja completo, eu acredito que esses alunos deveriam, os alunos que vão trabalhar com alunos cegos, eles deveriam ter uma formação específica em musicografia Braille” (P4);

“Eu acredito que não necessariamente. Porque o curso como a gente tem metodologias, a gente ainda tá trabalhando bem essas metodologias, em termos de dialogar sobre o projeto pedagógico, ter certificação de que todas as cadeiras são ensinadas com as necessidades pedagógicas que vão se apresentar na vida do licenciado, não só em música, mas pensa nele também num licenciado completo, que ele vai ter que lidar, talvez, com libras, a gente não tinha na cadeira antiga; e é uma discussão sobre o ensino de música pra pessoas surdas, é ainda uma discussão bastante complicada, que a gente não tem uma metodologia assim consolidada na área; acho que tá muito mais atrasada do que o ensino, inclusive de, pra pessoa com deficiência visual; enfim, eu não acredito assim, eu não posso garantir que eles estejam preparados. Com a nova grade que vai ter a disciplina específica em educação inclusiva em música, eu acredito que a preparação já vai ser melhor porque os assuntos contemplados na disciplina são só voltados a essas situações: como por exemplo, deficiência cognitiva, que na minha opinião é o tipo de deficiência mais grave porque você tem que, não só adaptar um material, mas você

também tem que ver como é que o aluno tá recebendo o material, se aquilo de acordo com o tipo, se ele tem autismo e tal; se ele tá recebendo aquilo; eu acho que é um tipo mais grave ainda de deficiência que é bastante delicado lidar com um aluno nesse sentido, né. Embora um aluno com deficiência visual tem vários exemplos de músicos renomados que são deficientes visuais e que isso não impede a prática musical deles. Então a gente já fica menos preocupado com relação a esse tipo de perfil. Mas, enfim, é, respondendo, voltando pra questão, eu não garanto que os alunos poderão ensinar necessariamente música a alunos cegos. Isso vai depender de como ele vai se adaptar no momento lá. Essas metodologias vão ser previstas na nova grade, na nova matriz curricular” (P5);

“Bom, isso aí vai muito, mais pra uma coisa pessoal do que a formação do nosso curso em si, né ... nós temos alunos aqui que trabalham com deficientes, uns alunos aí que trabalham, fizeram um trabalho sobre alunos da APAE. Isso é iniciativa própria dos alunos...a gente não tem no nosso currículo uma preparação pra isso” (P6);

“Tem duas respostas pra essa pergunta: a primeira é não por conta do acesso a tudo que a gente tá discutindo, que é a questão de material didático em Braille, ou da musicografia Braille, etc... porém, eu opto pela resposta positiva que estariam aptos sim. Por quê? Porque dentre dessas disciplinas, alguns professores levam textos que abordam a temática de inclusão, a gente discute um pouco sobre as necessidades; a gente elabora as atividades relacionadas até alunos cegos; e com o ensino mais empírico, eu acho que o aluno vai ser formado, agora pela UFMA, ele tem sim, digamos, ele tem como desenvolver competências musicais nesses alunos cegos. Não, por não tratar do ensino de música exclusivamente papel ou quadro. Mas tratar o ensino de música mais amplo. Usando muito a parte de apreciação, a parte de manipulação de instrumento, etc.” (P7);

“Também penso que não... porque se eles não lidam com essa realidade no curso, como é que nós vamos considerá-los preparados e aptos pra isso, né?... Se eles não defrontam, não se deparam nem com essa dificuldade? Então aqui no nosso curso, que eu tenho conhecimento, conheço apenas o Brito, que é, que tem essa deficiência; e lógico, por ter contato com ele, enquanto professor e alguns alunos, enquanto colega de turma, acabam assimilando, adquirindo alguma experiência. Porém, isso não é acessível a todos e a gente não pode considerar que essa experiência seja um elemento básico. Então eu defendo que deveria ter sim um professor especialista nos mais diversos tipos de deficiência pra mediar isso com todos os alunos, compartilhar essa experiência” (P8).

Em relação a essa questão, os discentes foram quase que unânimes ao afirmar que não possuirão qualificação necessária para trabalhar com alunos

cegos após a conclusão de suas Graduações em Licenciatura em Música, devido não terem sido contemplados com a Disciplina Musicografia Braille, uma vez que a referida disciplina ainda não faz parte da grade curricular do Curso.

Apenas um aluno ressaltou que devido conviver com um colega cego, se sente preparado para o exercício da profissão de professor, ensinando alunos com deficiência visual

Podemos verificar que para os docentes do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão, embora alguns lancem mão de textos que desencadeiem reflexões sobre a inclusão de alunos com deficiência na Educação Superior, os alunos ao concluirão o Curso de Música da UFMA não estarão preparados para ensinar pessoas cegas, visto que o referido Curso não oferece disciplina específica voltada para o ensino teórico-prático a esse público.

Cabe aqui refletir qual o objetivo real do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão em tempos de Inclusão.

Os dados convergem com os estudos de Tudissaki (2014) ao verificar que os educadores musicais não estão sendo preparados para o ensino de música para alunos com deficiência visual nas licenciaturas.

Quanto ao questionamento do **que tinham a dizer em relação aos desafios da operacionalização da Musicografia Braille no Curso de Licenciatura em Música da UFMA**. As respostas dadas foram:

“A maior dificuldade será a adaptação do corpo docente já atuante” (A1);

“É um grande desafio que deve ser encarado urgentemente” (A2);

“Vai proporcionar experiências ricas e diversificadas” (A3);

“Creio que ainda estamos engatinhando nesse processo; o caminho é longo e os desafios são enormes, mas não podemos desanimar” (A4);

“O curso de licenciatura em música precisa de profissionais capacitados a ensinar os docentes o Braille, assim como temos a disciplina de libras. Pois vejo ser uma necessidade, sendo assim, os discentes serão profissionais diferenciados e mais capacitados” (A5);

“Sugestões: promoção de fóruns para debate e propostas; cursos de extensão na área; oficinas continuadas promovidas para todos os cursos; abertura de vagas para concursos na área braille” (A6);

“Os desafios são muitos. Estes definem metas a seguir para que se alcance o sucesso na operacionalização da musicografia braille” (A7);

“Acredito que o curso precisa se estruturar nesse sentido” (A8);

“Os desafios são muitos, mas podem ser superados quando todos que ensinam música se conscientizarem que música foi feita pra todos” (A9);

“O que temos de musicografia Braille na UFMA é somente a força de vontade de ajudar de um funcionário do núcleo de acessibilidade, que por sorte dos alunos de música cegos, o mesmo é músico” (A10);

“Não existe e o curso tem que trabalhar em relação as pessoas deficientes” (A11);

“Será uma aposta que precisa ser julgada em longo prazo” (A12);

“Que deve, no mínimo, se fazer existente de forma concreta e sistemática, inclusive conscientizando alunos e professores sobre a importância de um conteúdo como este na formação do licenciado em música” (A13);

“É um grande desafio que deve ser superado, pois é de grande importância para os futuros professores, por isso deve ser prioridade dos alunos e professores para se buscar junto a UFMA, a ser implantado no curso de música” (A14);

“Que só estão sendo apresentados ainda, a batalha nesse sentido só está por começar” (A15);

“No momento não tenho nada a relatar sobre a operacionalização” (A16);

“Será uma tarefa difícil adequá-la por conta da visão do próprio governo federal, encurtando as rédeas de iniciativas como esta” (A17);

“É mais um incentivo para aqueles profissionais da música que vão trabalhar com citadas pessoas. Vai depender da escolha de cada um, no sentido de desenvolver o seu trabalho musical; uns vão abraçar outros caminhos musicais que vai combinar a natureza de cada músico e o que ele deseja seguir” (A18);

“Só tenho a dizer que ela não existe, mas deveria existir” (A19);

“Não existe musicografia Braille no curso de licenciatura em música da UFMA” (A20);

“O curso não está preparado para receber com inclusão pessoas cegas. Isso se dá pela falta de capacitação dos professores, e observo que até em disciplinas discursivas existe uma dificuldade em incluir o aluno cego. Além disso, deve-se discutir mais o assunto da inclusão de alunos cegos no curso de música, vejo que o assunto fica de lado como se fosse necessário apenas diante de uma maior demanda de alunos, sendo que para atrair e mostrar que é possível um cego graduar em música licenciatura é preciso dá-lhes suportes reais de inclusão. Ainda estamos ignorantes na questão da inclusão dos cegos em música” (A21);

“Os desafios são grandes, tendo em vista que ainda é pouco trabalhado esse assunto no curso. Acredito que durante a graduação o curso de música poderia se preocupar em ministrar minicursos com a temática, realizar seminários, etc” (A22);

“Acredito que já deveria existir uma cadeira compreendendo esta modalidade de ensino, devido ao fato do curso ser de licenciatura” (A23);

“O processo de operacionalização será longo, partindo de que poucas pessoas estão habilitadas ou tem domínio do braile em si. O processo de musicografia Braille será maior e mais longo, por conta da falta de profissionais aptos a trabalhar com Braille, o contingente dos que trabalham com música ainda é menor. O segundo depende do primeiro e como o primeiro está com problemas pra abastecê-lo logo ele ficará com esse déficit” (A24);

“Somente que temos que ter, em primeiro lugar, professores capacitados para que possam transmitir e dessa forma multiplicar esse conhecimento” (A25);

“O curso primeiro precisa de iniciativa por parte da instância competente no intuito de reaver as necessidades do curso no que diz respeito a estruturação do mesmo, em seus diversos aspectos disciplinares, físicos, didáticos e políticos” (A26);

“A musicografia Braille é de extrema importância para a formação do docente, tanto nos aspectos humanos quanto didáticos e educacionais. Os desafios a serem superados são muitos, o que inclui ferramentas pedagógicas para docentes e discentes, recursos e preparação dos professores para o ensino efetivo dos alunos que possuem deficiência visual” (A27);

“Seria muito importante, porque através da inclusão deste curso no currículo do graduando ele estará muito mais capacitado para lecionar para alunos com D.V” (A28);

“O curso de música da UFMA não oferece nenhuma disciplina desta área, não temos nenhum professor com especialização na educação especial, e nunca foi oferecido aos alunos ou até mesmo aos professores oficinas sobre Musibraille. Acho que no mínimo deveria haver discussões sobre propostas de

curso de capacitação, haja vista que temos um discente com deficiência visual” (A29);

“Creio ser possível, mas é um caminho que necessita da união de interesses para que aconteça. O interesse administrativo, cursos técnicos para pessoas com cegueira e docentes (capacitação)” (A30).

Iniciam-se as respostas dos docentes.

“Eu acho que essa é uma das áreas, uma das lacunas do nosso curso, mas não a única; se eu tivesse que falar com sinais com algum aluno, eu também não poderia. Então, na nossa formação, muitas especificidades são deixadas de fora. Nós não somos formados completamente para atender a cada necessidade que apareça em sala de aula. Lamentavelmente... me dá vergonha que a gente não está pronto para receber um aluno cego; mas nós também não estamos prontos pra receber um psicótico, um cadeirante...imagine quanta dificuldade pra que um cadeirante chegue lá no segundo andar, nenhum elevador nós temos, né...enfim, toda essa questão da inclusão ela é muito nova...então todos estamos aprendendo” (P1);

“Como eu sou nova aqui, então eu penso que, primeiramente a gente tem que ter uma infraestrutura pra receber essas pessoas... a gente tem que ter laboratório específico pra o trabalho com a musicografia Braille, tem que ter professores formados e assim, todos esses elementos, fatores, eles constituem sim desafios para essa operacionalização da musicografia braile, e como formação leva tempo, também é necessário que se tenha concursos pra essa área específica de musicografia Braille, com profissionais com habilitações específicas nessa área de educação musical inclusiva para que possa abranger no nosso curso de música também essa realidade, a fim de que a gente possa também estudar essas especificidades da área. Necessário que se tenha profissionais formados também para formar os alunos que serão os futuros professores da área” (P2);

“Bom, de certa maneira eu já mencionei... quer dizer, a primeira parte é transcrever todo o material pra Braille, segundo, o professor aprender a musicografia Braille, o que eu entendo que será bastante difícil porque, como eu já disse antes, se música, os próprios alunos já têm dificuldade de compreenderem a notação musical tradicional, imagina a notação tradicional musical que, até onde eu consigo compreender, quando passada pra musicografia Braille, se complica ainda mais... então, agora, esses esforços têm que começar... seria bom, se inclusive que os cursos de pós graduação começassem a fazer mais pesquisas sobre isso, já que o objetivo de um curso de pós graduação é gerar novos conhecimentos... acho que esse é um campo ainda cheio de oportunidades de pesquisa pra se pensar, inclusive, em modificar a musicografia Braille pra um sistema mais simples... porque a mim, pelo menos, parece complicado... talvez pra pessoas que já tenham mais

familiaridade com o Braille, isso seja mais fácil, imagino que sim, mas pra uma pessoa leiga aprender a musicografia braille, aí é mais complexo. Portanto, é mais um desafio a ser vencido” (P3);

“Os desafios dessa operacionalização para o curso de licenciatura em música, eu acredito que tenha que possua muitos denominadores comuns com outros cursos da universidade. Primeiro, uma questão de, um suporte técnico condizente com as necessidades do curso, quais sejam: um profissional capacitado na área de musicografia Braille que possa estar presente efetivamente no acompanhamento desse aluno e dos professores que trabalharão com esse aluno ou com esses alunos... então esse suporte técnico é um desafio; outro desafio é a gente conseguir manter em funcionamento, em pleno funcionamento um espaço físico capaz de prestar assessoria necessária em termos de equipamentos, em termos de ambiente apropriado pra o trabalho com esse tipo de aluno; pra que o professor não tenha que obrigatoriamente preparar um material com 72 horas de antecedência pra que ele seja entregue ao aluno no dia... o professor possa ter condições de otimizar esse lapso temporal entre a elaboração da atividade e a aula em si; porque são muitas atividades desenvolvidas pelo professor, e eu acho que se houvesse uma sala preparada e disponível ao professor pra trabalhar com esse material, acho que seria interessante, mas sabemos que esse espaços físicos e esses equipamentos também são desafiantes, são desafios impostos à administração da universidade. Então acredito que pra que a gente consiga vencer esses desafios, nós precisamos investir mais em recursos humanos, tanto na capacitação dos profissionais que trabalham com esses alunos, quanto na contratação de profissionais com formação específica na área, e também na operacionalização dos espaços e equipamentos que possam servir de suporte a esses professores” (P4);

“Eu acho que o primeiro passo já foi dado, que é a reforma da matriz curricular. Tendo essa disciplina de educação inclusiva em música a gente vai necessariamente contemplar a musicografia Braille no curso. O segundo passo seria a gente ter um funcionário a disposição aqui, que pudesse tá fazendo a transcrição das partituras pra musicografia Braille. Pra isso a gente teria que ter a infraestrutura necessária, que seria uma impressora em Braille. Nós já temos uma sala de informática com seis computadores que poderia, ele tá trabalhando lá. Seria até muito interessante um projeto de extensão que os alunos do curso estariam só digitalizando partituras. Eles criariam um acervo de partituras em musicografia Braille. Mas pra isso nós teríamos que ter um professor pra poder gerenciar esse projeto. Pelo perfil dos professores que eu vejo hoje, nenhum se interessaria pela questão. A gente teria que contratar um professor específico pra trabalhar essa área de educação inclusiva, eu acho, em breve nós poderemos ter esse professor que ele vai entrar na linha de

educação musical voltada a isso, né... no mais seria isso, né...então, conclui então.. pode ser?" (P5);

"Desafios... olha, eu penso que, eu vejo que quem entra com essa particularidade no nosso curso tá tendo que "se virar" sozinho... e não acho isso justo numa universidade que se diz a universidade da acessibilidade... eu percebo que realmente são desafios muito pesados pra quem tem e já entra com essa particularidade no nosso curso. Então eu acho que nossa administração tá negligenciando essa parte, não tá dando a atenção devida, e já era pra ter a muito tempo um núcleo que, com cursos regulares pra gente aqui, pra gente cada vez mais poder atender melhor aos alunos com deficiências" (P6);

"Eu acredito, como eu já falei, é algo que a gente não discute; eu falo isso em termo de colegiado e do departamento, não há a meu ver uma preocupação referente a isso, que eu acho um absurdo; porque legalmente, já há muito tempo deveria ser pelo menos discutido; e infelizmente também acredito que não vai haver uma solução pra essa situação, não sei, nos próximos seis meses, pelo menos... acredito que a mudança disso aí tem que partir dos gestores; não gestor como coordenador de curso, mas sim como reitor. O reitor que tem que proporcionar isso, o reitor tem que, o reitor e as pró-reitorias têm que trazer essa obrigatoriedade pro curso de música também, e aí com isso melhoraria bastante a maneira de se formar o acadêmico pro mercado de trabalho, mas também a gente poderia ampliar o nosso público aceitando pessoas já com necessidades especiais, e também nos ajudando a saber como trabalhar nesse tipo de situação. Então, o que a gente, eu vou falar da minha parcela enquanto professor, o que eu tenho feito é, primeiro, discutir sobre o assunto em algum, nas aulas de musicalização; ajuda, mas não resolve; outra coisa foi a vinda, dentro da ABEM, foi a vinda da Viviane Louro, que é especialista no assunto; então também ajuda, mas não resolve...são, digamos, são iniciativas que iniciam o processo, mas que eu acho que ainda tá muito longe pra instituir essa musicografia braille no curso" (P7);

"Os desafios são muitos, se já está difícil a gente conseguir recursos humanos que contemplam os alunos que não têm deficiência, além disso, não só por falta, tratando de recursos humanos, mas outros tipos de recursos que contemplam esse público... eu vejo com muito pessimismo... as coisas parecem que sempre caminham muito lentamente pra pessoas que têm esse tipo de dificuldade... o acesso, a acessibilidade na verdade, ela é muito enfatizada no deixar entrar na instituição... mas acessibilidade eu não entendo só por isso; eu acho que a pessoa caminhar na instituição, tá inscrita, não é sinônimo de acesso, de forma nenhuma... se não dá estrutura e condições pra ela poder ter autonomia assim como todos os demais têm... acaba soando como utopia, total utopia... infelizmente é difícil... o olhar pra esse pleito, pra essas situações vai... é e sempre foi muito complicado" (P8).

Aqui podemos observar dentre as falas de alguns discentes, que os professores teriam muita dificuldade no que diz respeito as adaptações no processo de ensino-aprendizagem da Musicografia Braille. Por outro lado observamos a dificuldade de outros no entendimento da questão levando a discussão para outra linha de pensamento. Mas verificamos também alunos que contribuem dando sugestões válidas, tais como necessidade de serem realizados seminários, fóruns e oficinas que debatam e esclareçam sobre o assunto do ensino de música a pessoas com deficiência visual.

Quanto aos docentes do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão, de certa forma, são realistas para com a situação que se encontra o referido Curso, em relação à questão da inclusão de alunos cegos. Como pode ser verificado, o teor de suas falas aponta para as dificuldades que eles têm de acesso a materiais didáticos adaptados, assim como a carência de professores capacitados que dominem o sistema de musicografia Braille e em trabalhar também com alunos com outros tipos de deficiência.

Nesse contexto, se faz importante trazer Cucchi (2001) para esclarecer que com a criação do software Musibraille, os professores podem interagir com seus alunos, de forma muito simples, pois o professor pode ver o que seus alunos estão escrevendo em Musicografia Braille, as notas escritas na musicografia convencional.

Dentre vários materiais pedagógicos que podem ser utilizados durante as aulas de Música, “o software Musibraille apresenta-se como uma ferramenta pedagógica essencial para que professores de música sem conhecimento de Braille possam trabalhar efetivamente a leitura e escrita musical com alunos deficientes visuais” (TUDISSAKI; LIMA, 2012, p.10).

Isto nos mostra a necessidade dos professores aprenderem a utilizar ferramentas colaborativas, bem com as tecnologias assistivas visando dinamizar o processo ensino-aprendizagem e permitir que os alunos cegos tenham acesso aos conhecimentos e informações que são necessárias às suas formações profissionais.

Os professores de Música devem procurar desenvolver técnicas e estudos na área de Musicografia Braille para que o cenário de desigualdades e de exclusão possa diminuir possibilitando condições a qualquer pessoa, com

ou sem deficiência, ter acesso à aprendizagem musical (ROCHA; QUEIROZ, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva só será inclusiva de fato se prestar um atendimento de qualidade que conte cole a todos os alunos, sejam eles com ou sem deficiência (SOUZA, 2010, p. 9).

Retornando aos objetivos elencados nesse estudo sobre a operacionalização da Musicografia Braille durante o processo ensino-aprendizagem no Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, podemos afirmar que esta instituição necessita se adequar às reais necessidades dos alunos com deficiência visual, possibilitando a esses o acesso à Musicografia Braille, isto é, acesso à leitura e à escrita de partituras, bem como cumprindo com os princípios da inclusão que é favorecer a todos oportunidades iguais, respeitando as diferenças.

É necessário compreender que uma instituição de educação e de formação de profissionais, deve se preocupar com a eficiência e eficácia de seus serviços, que no caso, se refere à formação de profissionais que serão responsáveis pela formação de outros e, que dentre esses, encontram-se alunos cegos, que na maioria das vezes, ingressam no Curso já possuindo conhecimentos práticos sobre a Música, mas que outros, visam adquiri-los no decorrer do Curso.

Os docentes do Curso de Música da UFMA precisam saber operacionalizar a Musicografia Braille a todos os alunos, com ou sem deficiência visual, pois esses alunos deverão aprender como ensinar Música a futuros alunos cegos, visto que esta área não é de exclusividade de pessoas vindentes.

Como já ressaltado no decorrer deste estudo a Musicografia Braille é a grafia utilizada para que os alunos com deficiência visual aprendam a ler e escrever partituras, que junto com ferramentas pedagógicas adequadas contribuem para a aprendizagem musical dos referidos alunos de maneira eficaz.

Chama-se atenção para a importância da operacionalização da Musicografia Braille nos Cursos de Licenciatura em Música, visto que esta possibilita a inclusão de pessoas cegas no ensino da Música.

A Universidade precisa disponibilizar um número maior de profissionais à transcrição de partituras para o Braille, pois se os alunos cegos não possuírem os materiais didáticos transcritos para o Braille, podem vir a ter seu desempenho acadêmico prejudicado. A Biblioteca da UFMA precisa possuir matérias sobre Musicografia Braille, bem como um número maior de obras musicais em seu acervo. O processo ensino-aprendizagem precisa adotar materiais didáticos para a musicografia braille, assim como os docentes precisam lançar mão de estratégias que beneficiem a aprendizagem de música aos alunos cegos, isto é, que aja uma verdadeira e efetiva inclusão de pessoas com deficiência visual na área de Música.

O Currículo do Curso de Licenciatura em Música da UFMA precisa inserir a Musicografia Braile para que alunos com deficiência visual se sintam contemplados durante o processo-ensino aprendizagem, bem como para todos os alunos, futuros professores, certamente, de alunos com deficiência.

Fica a certeza de que este estudo não conseguiu abranger toda a práxis inerente ao tema, mas teremos o compromisso de continuar enveredando por maiores pesquisas que tenham sempre como relevância social e científica, contribuir com a disseminação de conhecimentos sobre a Musicografia Braille.

Finaliza-se parafraseando Bonilha e Carrasco (2008) que as pessoas com deficiência visual possam receber uma formação acadêmica e profissional que lhes permita uma ampla e plena autonomia em suas atividades.

REFERÊNCIAS

BERTEVELLI, Isabel Cristina Dias. O ensino da Musicografia Braille dentro do contexto da inclusão de cegos: desvendando a notação musical em relevo. In SIMPÓSIO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO MUSICAL. Londrina. Anais. Londrina: SPEM, 2007. p. 163-165. Disponível em <http://www.musicografia.net/uploads/11/2/4/11245254bertevelli.pdf>. Acesso em 01 fev. 2015.

BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa. **Leitura musical na ponta dos dedos: caminhos e desafios do ensino de Musicografia Braille na perspectiva de alunos e professores.** 2006. 226 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa & CARRASCO, Claudiney Rodrigues. **Ensino de musicografia Braille: um caminho para a educação musical inclusiva.** In: XVII ENCONTRO ANUAL DA ANPPOM. 2007. São Paulo. Anais... São Paulo: UNESP, 2007.

BONILHA, Fabiana F. G.; CARRASCO, Claudiney, R. **O papel da biblioteca com espaço de disseminação da musicografia braille:** uso de ferramentas tecnológicas na produção de partituras para cegos. Florianópolis – SC: Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v.13, n.1, p. 18-25, jan/jun., 2008.

BONILHA, Fabiana F. G. **Do toque ao som: o ensino da musicografia braille como um caminho para a educação musical inclusiva.** Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas - SP: Instituto de Artes, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Direito a Educação:** subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. Organização e Coordenação de Marlene de Oliveira Gotti. Brasília, DF: MEC. SEEESP, 2004 a.

_____.COMISSÃO BRASILEIRA DO BRAILLE. **Grafia Braille para a Língua Portuguesa.** Secretaria de Educação Especial. MEC. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Novo Manual Internacional de Musicografia Braille.** Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Documento Orientador. **Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior.** SECADI/SESu, 2013.

CARVALHO, Maressa M. **O ensino específico de música para deficientes visuais: o método Musibraille.** 2010. 33 f. Monografia (Licenciatura em Educação Musical) – Escola de Música e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

CUCCHI, Kátia D. **O uso do software Musibraille na intermediação educador leigo em Musicografia Braille e um educando cego.** In: CONGRESSO BAIANO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2001, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: UFBA, 2001. Disponível em: <www.3cbei.ufba.ba/modulos/submissao/Upload/37116.pdf>. Acesso em: 30-01-2015.

HAGUIARA-CERVELLINI, Nadir. **A musicalidade do surdo: representação e estigma.** São Paulo: Plexus Editora, 2003.

DOLORES, Tomé. **Introdução à musicografia Braille.** São Paulo: Global, 2003.

GIL, M. (Org.). **Deficiência visual.** Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MANZINI, E. J. et al. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação e quantificação de barreiras arquitetônicas. MARQUEZINE, M. C. et al. (Org.) **Educação física, atividades motoras e lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.** Londrina: Eduel, 2003.

ROCHA, João Gomes da; QUEIROZ, Jhon Kleiton Santos de. **O ensino de música para pessoas com deficiência visual: concepções e desafios.** XXIV Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música. São Paulo, 2014.

Disponível em: www.anppom.com.br/congressos/index.php/Anppom2014/.../626. Acesso em 01-02-15.

SOUZA. Catarina Shin Lima de. **Música e Inclusão: necessidades educacionais especiais ou necessidades profissionais especiais?** Salvador, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Musical). Universidade Federal da Bahia, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TUDISSAKI, Shirlei Escobar. Processos de ensino e aprendizagem musical para deficientes visuais. **Revista Espaço Intermediário**, América do Norte, v. 1,n.2,2010. Disponível:<<http://www.projetoguri.org.br/revista/index.php/ei/article/view/34/72>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

TUDISSAKI, Shirlei Escobar; LIMA, Sonia Regina Albano de. **A Musicografia Braille como recurso pedagógico para a aprendizagem musical de**

deficientes visuais. IV Semana de Educação Musical IA-UNESP/VIII Encontro Regional Sudeste da ABEM – 2012 – ANAIS.

TUDISSAKI, Shirlei Escobar. **Ensino de música para pessoas com deficiência visual.** Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. São Paulo, 2014.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA COM OS ALUNOS DO CURSO LICENCIATURA EM MÚSICA DA UFMA

1^a O que você entende por Musicografia Braille?

2^a No Currículo do Curso de Licenciatura em Música existe a Musicografia Braille?

3^a Em sua opinião, o Curso de Licenciatura em Música encontra-se preparado para o processo ensino-aprendizagem de alunos cegos? Por quê?

4^a Qual a sua opinião em relação ao que Bonilha ressalta (2007) “o aprendizado da Musicografia Braille é imprescindível à formação de pessoas cegas, e constitui um elemento indispensável à inclusão delas com relação ao ensino de música”.

5^a Os materiais didáticos utilizados no Curso visando o ensino da Música, como as partituras, estão em Braille?

6^a Ao concluir o Curso de Licenciatura em Música, saberá ensinar música a alunos cegos? Por quê?

7^a O que você tem a dizer em relação aos desafios da operacionalização da Musicografia Braille no Curso de Licenciatura em Música da UFMA.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA COM OS PROFESSORES DO CURSO LICENCIATURA EM MÚSICA DA UFMA

1^a O que você entende por Musicografia Braille?

2^a No Currículo do Curso de Licenciatura em Música existe a Musicografia Braille?

3^a Em sua opinião, o Curso de Licenciatura em Música encontra-se preparado para o processo ensino-aprendizagem de alunos cegos? Por quê?

4^a Qual a sua opinião em relação ao que Bonilha ressalta (2007) “o aprendizado da Musicografia Braille é imprescindível à formação de pessoas cegas, e constitui um elemento indispensável à inclusão delas com relação ao ensino de música”.

5^a Os materiais didáticos utilizados no Curso visando o ensino da Música, como as partituras, estão em Braille?

6^a Em sua opinião, os alunos de Licenciatura em Música da UFMA, ao concluírem o Curso, saberão ensinar música a alunos cegos? Por quê?

7^a O que você tem a dizer em relação aos desafios da operacionalização da Musicografia Braille no Curso de Licenciatura em Música da UFMA.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro (a) Senhor (a)

Estou realizando uma pesquisa de Graduação intitulada **OPERACIONALIZAÇÃO DA MUSICOGRAFIA BRAILLE: UM ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS DOCENTES E DOS DISCENTES DA LICENCIATURA EM MÚSICA DA UFMA**, cujo objetivo geral é **Investigar quais as percepções dos docentes e dos discentes do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão – UFMA em relação à operacionalização da Musicografia Braille durante o processo ensino-aprendizagem no referido Curso**. A Pesquisa conta com a orientação da Profª Drª Thelma Helena Costa Chahini, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Sua participação nessa pesquisa é uma opção, você pode não aceitar participar ou desistir em qualquer fase da mesma, a qualquer momento, sob qualquer condição, sem nenhuma penalização ou prejuízo em sua relação com a pesquisadora, com a UFMA ou qualquer outra instituição envolvida.

■ Vale ressaltar que não há compensação financeira relacionada à sua participação, pois esta pesquisa será desenvolvida sem nenhum orçamento lucrativo. O risco relacionado com sua participação na pesquisa poderá ser no âmbito psicológico, como desconforto frente à presença da pesquisadora durante a entrevista. Contudo, o desenvolvimento deste estudo ocorrerá de forma adequada, visando minimizar a ocorrência de tal desconforto, contando com a formação teórico-prática do pesquisador na área.

Quanto aos riscos físicos, também não haverá possibilidades de ocorrer, visto que a coleta de dados ocorrerá em espaços seguros, dentro de salas nas instituições pesquisadas. Os participantes terão como benefícios orientações e/ou esclarecimentos a respeito de todo o processo de aplicação dos instrumentos.

Caso aceite, gostaria que soubesse que será realizada a coleta de dados por meio de aplicação de Entrevistas semi-estruturadas. Os resultados serão utilizados exclusivamente para fins científicos, como divulgação em seminários e em congressos da área, em que sua identidade será preservada.

Agradeço sua participação e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos através do email brito.bj@hotmail.com ou (98) 999099031.

João Brito Batista (Graduando em Licenciatura em Música pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA).

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data

Sujeito da pesquisa *.

I Identificação

Nome: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____

Data de preenchimento do questionário: ____ / ____ / ____

Sexo: () Masculino () Feminino

Estado Civil: _____

Formação Acadêmica_____

Empresa em que trabalha _____

Cargo_____